

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Maria Luiza Péres

**“Somente em conjunto com a mulher proletária o socialismo será vitorioso”**: gênero e trabalho no projeto socialista de emancipação da mulher trabalhadora (1907-1917).

Florianópolis

2022

Maria Luiza Péres

**“Somente em conjunto com a mulher proletária o socialismo será vitorioso”**: gênero e trabalho no projeto socialista de emancipação da mulher trabalhadora (1907-1917).

Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito para a obtenção do título de Bacharel e Licenciado em História.

Orientadora: prof. Dra. Glaucia Cristina Candian Fraccaro.

Florianópolis

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Péres, Maria Luiza

"Somente em conjunto com a mulher proletária o socialismo será vitorioso" : gênero e trabalho no projeto socialista de emancipação da mulher trabalhadora (1907-1917) / Maria Luiza Péres ; orientadora, Glaucia Cristina Candian Fraccaro, 2022.

73 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em História, Florianópolis, 2022.

Inclui referências.

1. História. 2. Direitos das Mulheres. 3. Socialismo. 4. Gênero. I. Fraccaro, Glaucia Cristina Candian. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em História. III. Título.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**ATA DE DEFESA DE TCC**

Aos vinte dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e dois, às dezesseis horas, por videoconferência Departamento de História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal de Santa Catarina, reuniu-se a Banca Examinadora composta pela Professora Glaucia Cristina Candian Fraccaro, Orientadora e Presidente, a Professora Ana Paula Palamartchuk, Titular da Banca, e pela Professora Soraia Carolina de Mello, Suplente, designadas pela Portaria nº 13/2022/HST/CFH da Senhora Chefe do Departamento de História, a fim de arguirem o Trabalho de Conclusão de Curso da acadêmica **Maria Luiza Péres**, subordinado ao título: **“Somente em conjunto com a mulher proletária o socialismo será vitorioso”: gênero e trabalho no projeto socialista de emancipação da mulher trabalhadora (1907-1917)”**. Aberta a Sessão pela Senhora Presidente, a acadêmica expôs o seu trabalho. Terminada a exposição dentro do tempo regulamentar, a mesma foi arguida pelos membros da Banca Examinadora e, em seguida, prestou os esclarecimentos necessários. Após, foram atribuídas notas, tendo a candidata recebido da Professora Glaucia Cristina Candian Fraccaro a nota final 10,0, da Professora Ana Paula Palamartchuk, a nota final 10,0. A acadêmica deverá entregar o Trabalho de Conclusão de Curso em sua forma definitiva, em versão digital ao Departamento de História até o dia vinte e sete de julho de dois mil e vinte e dois. Nada mais havendo a tratar, a presente ata será assinada pelos membros da Banca Examinadora e pela candidata.

Florianópolis, 20 de julho de 2022.

Banca Examinadora:



Documento assinado digitalmente  
Glaucia Cristina Candian Fraccaro  
Data: 26/07/2022 10:04:38-0300  
CPF: 262.025.748-44  
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof.a Glaucia Cristina Candian Fraccaro

Prof.a Ana Paula Palamartchuk

Documento assinado digitalmente  
gov.br  
MARIA LUIZA PERES  
Data: 26/07/2022 10:14:22-0300  
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Candidata Maria Luiza Péres



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**  
Campus Universitário Trindade  
CEP 88.040-900 Florianópolis Santa Catarina  
FONE (048) 3721-9249 - FAX: (048) 3721-9359

Atesto para os devidos fins que a acadêmica Maria Luiza Peres, matrícula n. 18104647, entregou a versão final de seu TCC, cujo título é “Somente em conjunto com a mulher proletária o socialismo será vitorioso”: gênero e trabalho no projeto socialista de emancipação da mulher trabalhadora (1907-1917)”, não havendo alterações sugeridas pela banca de defesa.

Florianópolis, 20 de julho de 2022.



Documento assinado digitalmente  
Gláucia Cristina Candian Fraccaro  
Data: 22/07/2022 11:07:32-0300  
CPF: 262.025.748-44  
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Orientadora

*Este trabalho é dedicado à Roseli, minha mãe.*

## AGRADECIMENTOS

Minhas primeiras palavras de agradecimento se dirigem aos meus pais. Desde minha primeira infância, quando perceberam como eu gostava de ler e dar aula para minhas bonecas, eles me incentivaram a frequentar a escola e me dedicar aos estudos. Diferente de mim, meus pais e meu irmão não puderam concluir o Ensino Básico. O ingresso no Ensino Superior sempre foi um sonho que nós dividimos. Hoje, tenho certeza de que, sem o suporte e incentivo deles, nada disso seria possível.

Em especial, agradeço à Roseli, minha mãe. Foi com ela que dividi as angústias inerentes à escrita deste trabalho. Desde quando ele era apenas um projeto, ela se preocupou com seu andamento. E, mesmo que não soubesse nada sobre meu tema de pesquisa, foram suas perguntas e seu carinho que me engajaram a escrevê-lo. Além disso, minha mãe, cuidadosa como sempre, se tornou ainda mais preocupada com minha alimentação e descanso nesse período.

O trabalho de minha psicóloga, Anelise, também foi fundamental para o andamento de minha pesquisa. Em nossas sessões quinzenais, dividi muitos dos meus sonhos e medos. Também foi com ela que aprendi a controlar minha ansiedade e perfeccionismo que, por vezes, atrapalha o caminhar de minha escrita. Este trabalho se tornou melhor quando passei a me dedicar a minha saúde mental.

Também preciso externar minha gratidão a meus amigos. Eles foram os grandes responsáveis por incentivar minha escrita durante os períodos de desânimo. Matheus, Robson Júnior e João, muito obrigada. Além deles, sou imensamente grata aos meus colegas de curso. O contato com outras realidades, interesses e pesquisas foram decisivos para minha formação. Em particular, agradeço a Victor, Ana Cecília e Andressa, com quem dividi muitos trabalhos ao longo da graduação.

Não posso deixar de fazer menção aos profissionais dos Departamentos de História e de Metodologia de Ensino da Universidade Federal de Santa Catarina. Durante os últimos quatro anos, contei com o apoio de um grande número de professores. Eles foram responsáveis por corrigir e comentar ensaios e artigos produzidos durante toda a graduação. A partir desses conselhos, tornei-me, além de historiadora, uma escritora melhor. Nessa seção, nota especial cabe aos professores Fábio Augusto Morales, Tiago de Oliveira Kramer, Waldomiro Lourenço da Silva Júnior e Mônica Martins da Silva.

Agradeço também a colaboração da professora Renata Palandri Sigolo, responsável pela disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso. Nos últimos meses, recorri a ela para sanar todas as dúvidas, bem como para discutir o andamento deste trabalho.

No espaço de uma folha, não cabem palavras para agradecer a minha orientadora. Desde que a conheci, como professora da disciplina de História do Brasil Republicano II, Glaucia compartilhou comigo inúmeros ensinamentos sobre a História Social do Trabalho, História das Mulheres e História do Feminismo. Ela também foi responsável por apontamentos preciosos, que muito contribuíram para a qualidade desta pesquisa. Além disso, apresentou-me um número valioso de bibliografias, as quais carregarei comigo para sempre.

Por fim, agradeço à banca, composta pelas professoras Ana Paula Palamartchuk e Soraia Carolina de Mello (suplente), pela disponibilidade e interesse em contribuir para a realização desta pesquisa.

## RESUMO

Entre o final do século XIX e início do século XX, as mulheres socialistas construíram um movimento internacional com o objetivo de projetar a emancipação social das trabalhadoras. Elas utilizaram a Segunda Internacional Socialista (1889-1916) como mola propulsora para estabelecer suas redes de ativismo e, dessa forma, propuseram a criação de direitos políticos e do trabalho, além de leis de proteção à maternidade, específicos para as operárias. Neste trabalho, buscamos investigar como as ativistas socialistas criaram esse projeto de emancipação e como elas traduziram a tensão existente entre o socialismo e feminismo, visto que os movimentos dispunham de visões diferentes – e, por vezes, conflitantes – das relações de classe e gênero. Argumentamos que esse caso revela a pluralidade de movimentos por direitos femininos que coexistiram no início do século XX, bem como a diversidade de análises que eles fizeram sobre opressão feminina. Por fim, demonstramos também que, após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), as lutas encabeçadas por mulheres socialistas foram fundamentais para a criação de uma legislação trabalhista pela Organização Internacional dos Trabalhadores (OIT) e para o estabelecimento do sufrágio feminino, ainda que limitado, em uma série de países da Europa ocidental.

Palavras-chave: Direitos das Mulheres. Socialismo. Gênero.

## **ABSTRACT**

Between the end of the 19th and the beginning of the 20th, socialist women built an international movement to project the social emancipation of working women. They used the Second Socialist International (1889-1916) as a springboard to establish their networks and, in this way, proposed the creation of political and labor rights, in addition to maternity protection laws specific to working women. In this research, we investigate how socialist activists created this emancipation project and how they translated the tension between socialism and feminism, as the movements had different – and sometimes conflicting – views of class and gender relations. We argue that this case reveals the plurality of women's rights movements that coexisted in the early 20th, as well as the diversity of analyzes they made about female oppression. Finally, we also demonstrate that, after the First World War (1914-1918), the struggles led by socialist women were fundamental for the creation of labor legislation by the International Labour Organization (ILO) and the establishment of women's suffrage, which was still then limited, in some western European countries.

Keywords: Women's Rights. Socialism. Gender.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

PSD Partido Social-Democrata da Alemanha  
OIT Organização Internacional do Trabalho

## SUMÁRIO

|  |           |
|--|-----------|
| <b>1 INTRODUÇÃO</b>  | <b>11</b> |
| <b>2 A INTELLECTUALIDADE SOCIALISTA E A QUESTÃO DA MULHER</b>  | <b>20</b> |
| 2.1 BIOGRAFIAS E JORNADAS POLÍTICAS  | 20        |
| 2.1.1 Clara Zetkin   | 21        |
| 2.1.2 Rosa Luxemburgo  | 24        |
| 2.1.3 Alexandra Kollontai  | 26        |
| 2.1.4 Três vidas, um movimento   | 29        |
| 2.2 CONSTRUINDO A QUESTÃO DA MULHER  | 30        |
| <b>3 ENTRE GÊNERO E CLASSE: MULHERES SOCIALISTAS E A EMANCIPAÇÃO DAS TRABALHADORAS</b>                 | <b>36</b> |
| 3.1 UM BREVE PANORAMA DOS MOVIMENTOS POR DIREITOS FEMININOS A PARTIR DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX   | 36        |
| 3.2 “UNEQUAL INTERNATIONAL INTERACTIONS”: MULHERES SOCIALISTAS E A REIVINDICAÇÃO DE DIREITOS FEMININOS | 39        |
| <b>4 SUFRÁGIO, TRABALHO E MATERNIDADE NO MOVIMENTO INTERNACIONAL DE MULHERES SOCIALISTAS</b>           | <b>49</b> |
| 4.1 O MOVIMENTO INTERNACIONAL DE MULHERES SOCIALISTAS E OS DIREITOS FEMININOS                          | 49        |
| 4.2 ECOS DE UMA LUTA: O MOVIMENTO INTERNACIONAL DE MULHERES SOCIALISTAS NO PÓS-GUERRA                  | 62        |
| <b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>  | <b>65</b> |
| <b>6 REFERÊNCIAS</b>   | <b>69</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

Em outubro de 1919, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) promoveu uma convenção<sup>1</sup> de proteção à maternidade. Nela, recomendou-se que os Estados signatários garantissem às trabalhadoras grávidas licença-maternidade e direito à amamentação durante o expediente. Um ano antes, em 1918, um novo Código do Casamento, da Família e da Tutela foi promulgado na Rússia. Ele apresentou uma visão revolucionária das relações sociais, baseada na igualdade das mulheres e no definhamento da família. O Código também propôs a transferência do trabalho doméstico para a esfera pública, onde seria socializado (GOLDMAN, 2014, p. 14-15).

Alguns anos antes, durante as décadas de 1900 e 1910, ativistas socialistas, como Clara Zetkin<sup>2</sup>, Rosa Luxemburgo<sup>3</sup> e Alexandra Kollontai<sup>4</sup>, produziram uma série de textos e discursos sobre as condições de vida da mulher trabalhadora sob o capitalismo, bem como lutaram por reformas sociais direcionadas a elas. Além disso, em 1907 e 1910, respectivamente, ocorreram a Primeira e a Segunda Conferências Internacionais das Mulheres Socialistas. Nas pautas e resoluções desses eventos, encontram-se discussões referentes à emancipação das mulheres trabalhadoras, tema que passava pelo sufrágio e por legislações de proteção social e trabalhista.

Em nossa análise, propomos que a Convenção de Proteção à Maternidade e o Código soviético ecoam uma luta por direitos sociais e trabalhistas que, embora em diferentes níveis de repercussão, movimentou a década anterior. Argumentamos que alguns dos projetos e programas elaborados por militantes socialistas, como Clara, Rosa e Alexandra, conquistaram espaço dentro das instituições políticas e, nos anos subsequentes, atingiram a esfera legislativa, de modo que influenciaram a Convenção e o Código mencionados anteriormente.

Se esses foram os resultados, as Conferências, textos e discursos tinham também outros propósitos. Entre eles, o de organizar as mulheres trabalhadoras em torno do

---

<sup>1</sup> Organização Internacional do Trabalho, Maternity Protection Convention, n. 3, 1919. Disponível em: <[https://www.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=NORMLEXPUB:12100:0:NO:12100:P12100\\_INSTRUMENT\\_ID:312148:NO](https://www.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=NORMLEXPUB:12100:0:NO:12100:P12100_INSTRUMENT_ID:312148:NO)>. Acesso em: 24/05/2022.

<sup>2</sup> Clara Zetkin (1857-1933) foi uma professora, jornalista e militante marxista alemã. Foi filiada ao Partido Social-Democrata da Alemanha até 1916, quando fundou o Partido Social-Democrata Independente Alemão. A partir de 1919, com a revolta espartaquista, juntou-se ao Partido Comunista Alemão.

<sup>3</sup> Rosa Luxemburgo (1871-1919) foi uma filósofa, economista e militante marxista de origem polonesa. Foi filiada ao Partido Social-Democrata da Alemanha durante boa parte de sua vida e, por essa militância, foi presa inúmeras vezes. Em 1915, foi uma das fundadoras da Liga Espartaquista e, durante a revolta de 1919, foi assassinada na Alemanha.

<sup>4</sup> Alexandra Kollontai (1872-1952) foi uma militante marxista e revolucionária russa. Após a Revolução Bolchevique de 1917, atuou como Comissária dos Povos, líder das mulheres do Partido Bolchevique e diplomata.

movimento socialista. Enquanto os operários se organizaram em movimentos na maior parte das vezes ligados ao socialismo, as mulheres, que no início do século XX haviam ingressado nas indústrias, eram minoria em sindicatos e partidos políticos<sup>5</sup>. Para militantes como Clara Zetkin, o sucesso da revolução socialista dependia da participação de mulheres operárias, que deveriam ser incorporadas à luta de classes o quanto antes.

No decorrer da Segunda Internacional Socialista (1889-1916), como resultado da repercussão dessas críticas, a emancipação das mulheres se tornou um tema de destaque. A organização, fundada em 1889 por iniciativa de Friedrich Engels<sup>6</sup>, congregou partidos socialistas e operários de mais de 20 países. Desde seu primeiro evento, o Congresso Internacional de Paris, em 1889, a Segunda Internacional foi dominada pelo Partido Social-Democrata da Alemanha, do qual importantes nomes do socialismo – como Clara, Rosa e Alexandra – participaram. Foram seus membros que forneceram as questões teóricas e práticas para debate.

Contudo, essa pretensa unidade não eliminou tensões. A principal delas estava relacionada ao futuro dos trabalhadores. Os socialistas se perguntavam se deveriam lutar por reformas de curto prazo, situadas no campo dos direitos trabalhistas e sociais. Para isso, seria necessário que eles se engajassem nas eleições de conselhos locais e nos Parlamentos, o que os levaria a ocupar espaços de poder no interior da democracia burguesa. Alternativa a essa, era a ideia de que os socialistas deveriam somente se concentrar nos esforços revolucionários, isto é, na construção e propagação de um movimento socialista entre os trabalhadores, priorizando outras ações, para além de eleições ou reformas legislativas (HANNAM; HUNT, 2002).

Debate semelhante se desenvolvia quando pautavam a emancipação feminina. Desde a segunda metade do século XIX, os socialistas questionavam se era necessário lutar pela independência das mulheres no presente, ainda sob o capitalismo, ou a deixar ao encargo da revolução. Influenciados por Karl Marx<sup>7</sup> e Friedrich Engels, muitos teóricos acreditavam que a opressão feminina era resultado direto do modo de produção capitalista. Dessa forma, esperava-se que a emancipação das mulheres ocorreria como consequência da emancipação da classe trabalhadora em geral.

---

<sup>5</sup> ZETKIN, Clara. **Apenas em conjunto com as mulheres proletárias o socialismo será vitorioso**. Discurso ao Congresso do Partido Social-Democrata da Alemanha. Gotha, 16 de outubro de 1896. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/zetkin/1896/10/16.htm>>. Acesso em: . 19/05/2022.

<sup>6</sup> Nascido em 1820, foi um filósofo e ativista socialista. Assim como Karl Marx, com quem escreveu diversos textos, é considerado fundador do socialismo científico. Morreu em 1895, também em Londres.

<sup>7</sup> Nascido em 1818, na Alemanha, Karl Marx foi um filósofo, teórico político e ativista socialista. Considerado o pai do socialismo científico, é autor de inúmeras obras consideradas fundamentais para a doutrina socialista. Morreu em 1883, em Londres.

Se esse era um pensamento em voga, as militantes socialistas apresentaram outro. Para elas, antes da emancipação, era necessário conquistar as mulheres trabalhadoras para as fileiras do socialismo pensando em ações práticas, como melhores condições de trabalho e proteção social. Somente assim, as mulheres trabalhadoras poderiam se engajar no movimento operário, colaborando para o seu sucesso.

Acreditamos que a Segunda Internacional, com suas trocas globais, foi a plataforma que permitiu que mulheres socialistas de todo o mundo se concentrassem nesses temas, formando um movimento internacional pelos direitos femininos. Exemplo disso foram as Conferências Internacionais das Mulheres Socialistas. Parte do cronograma da Segunda Internacional, elas foram os primeiros eventos em que ativistas e pensadoras se reuniram para discutir a condição da mulher trabalhadora por meio de uma perspectiva socialista. Foram, na década de 1910, três conferências: 1907, em Stuttgart, na Alemanha; 1910, em Copenhague, na Dinamarca; e 1915, em Berna, na Suíça. Delas, participaram militantes socialistas com diferentes ocupações, sindicalistas, jornalistas e teóricas do marxismo. Eram mulheres nascidas na Europa e nos Estados Unidos, cujas trajetórias estavam entrelaçadas pela atuação junto ao movimento socialista.

Nessas ocasiões, elas elencaram e discutiram tópicos relacionados à experiência social da mulher no sistema capitalista e à necessidade de lutar por sua emancipação, que envolvia o sufrágio feminino, a equidade salarial e social, assim como a criação de uma legislação específica para mulheres trabalhadoras. Além disso, em um contexto de ascensão do feminismo<sup>8</sup>, elas versaram sobre suas aproximações e discordâncias em relação aos movimentos pelos direitos femininos protagonizados por mulheres não-socialistas.

Além das atas de conferências, tivemos acesso a textos e discursos<sup>9</sup> produzidos por militantes socialistas durante a década de 1900 e 1910. Com o objetivo de focar em determinados debates e categorias, escolhemos textos produzidos por três militantes socialistas: Clara Zetkin, Rosa Luxemburgo e Alexandra Kollontai. A escolha se justifica na medida em que as três, além de ocuparem cargos de destaque dentro dos círculos socialistas, teceram relações políticas e teóricas umas com as outras, criando espaços de colaboração e dinâmicas de sociabilidade.

---

<sup>8</sup> Françoise Thébaud (2003), historiadora francesa, argumentou que, em 1914, o feminismo era um movimento internacional de grandes proporções, articulado pelo interesse comum no direito ao voto. A eclosão da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), contudo, limitou as interações internacionais e suspendeu suas movimentações a nível nacional.

<sup>9</sup> Os textos e discursos mencionados foram encontrados em Arquivos marxistas online de língua inglesa e portuguesa. Estão disponíveis em: <<https://www.marxists.org/archive/index.htm>> e <<https://www.marxists.org/portugues/>>. Acesso em: 24/05/2022.

Como vimos até agora, as fontes analisadas por esse trabalho foram, em sua maioria, produzidas entre 1907 e 1917. Isso porque o ano de 1907 marca a realização da Primeira Conferência Internacional da Mulher Socialista, com sede em Stuttgart, na Alemanha. Por outro lado, o recorte final está situado no ano de 1917, quando a Revolução Bolchevique inaugurou a primeira experiência socialista de longo prazo. Nesse contexto, as operárias e camponesas passaram a ser alvo direto de políticas públicas cujos objetivos eram “a desagregação da família e a libertação das mulheres” (GOLDMAN, 2014, p. 15). A existência de uma prática política de emancipação feminina socialista trouxe novos personagens, debates e desafios para a questão das mulheres, alterando os projetos anteriormente assentados. Neles, novas noções de cidadania, direitos trabalhistas e equidade no espaço público e privado foram construídas.

Como mencionado anteriormente, existiu uma outra Conferência dentro do recorte escolhido. A opção de estudar apenas duas reuniões é produto de uma necessidade de traçar limites para a pesquisa histórica, mas também uma consequência da ausência de fontes digitalizadas sobre o tema. O evento de 1915, em Berna, conta com poucos documentos digitalizados, todos em língua alemã.

Na medida em que a Conferência de Berna não foi analisada, tornou-se um desafio mensurar o quanto a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) afetou as dinâmicas estabelecidas pelas mulheres socialistas em seus contatos anteriores. Para resolver essa questão, recorreremos à Françoise Thébaud (2003). Em seu texto, a historiadora afirma que, até 1914, o feminismo era um movimento internacional conectado, apesar de suas dissonâncias internas, pela reivindicação do sufrágio feminino. Iniciada a guerra, contudo, o feminismo se voltou a questões relacionadas à paz e à Pátria. Ao mesmo tempo, a formação e manutenção de alianças internacionais sofreu as consequências de uma guerra que dividiu países em dois *fronts* opostos. A Segunda Internacional, palco para a construção das políticas internacionais reivindicadas pelas socialistas, foi um dos grandes alvos dessa desarticulação e foi extinta em 1916.

Contudo, argumentamos que, apesar da Guerra Mundial e, em certa medida, pelas consequências econômicas, políticas e sociais que ela trouxe para a Europa Ocidental, as demandas do movimento de mulheres socialistas encontraram espaço suficiente na esfera legislativa para que, no final da década de 1910, influenciassem a construção de consensos internacionais sobre os direitos femininos, sobretudo no que dizia respeito à legislação trabalhista incipiente.

A partir do corpus documental acima mencionado, portanto, foi possível traçar um panorama dos principais temas que cercaram a emancipação da mulher trabalhadora. Descobrimos, então, que essas personagens articularam direitos do trabalho e direitos sociais, classe e gênero. Dessa forma, desenvolveram novos parâmetros para o debate socialista e, assim, puderam explorar questões caras tanto ao socialismo quanto ao feminismo.

Para elas, o feminismo não-socialista pouco se questionava acerca das estruturas de dominação e amarras de classe. Enquanto isso, seus partidos, de orientação socialista, não se preocupavam com o impacto das experiências de gênero sobre a classe operária. Com esse olhar duplamente crítico, as mulheres socialistas avançaram em discussões relacionadas ao campo da proteção social e trabalhista, discutindo a condição feminina pela perspectiva de classe. Logo, suas contribuições constituíram elemento importante na compreensão de que o feminismo não precisava ser um movimento restrito à conquista de direitos civis.

Quando falamos em “mulheres socialistas”, referimo-nos, assim como June Hannam e Karen Hunt (2002, p. 7 e 8), a mulheres que, identificadas com o movimento socialista, levaram pautas de gênero para suas teorias e práticas políticas, criando espaços para discutir os impactos das questões de classe na vida de mulheres, sobretudo trabalhadoras. Por outro lado, quando mencionamos os “feminismos não-socialistas”, aludimos à existência de grupos cujas noções do que eram direitos iguais para mulheres eram diversas, mas que, de maneira geral, não se apoiaram na teoria socialista – principalmente na centralidade da categoria classe – para compor seu movimento.

O objetivo deste trabalho não é discutir se as mulheres socialistas foram ou não feministas. Ou mesmo pensar se sua atuação pode lançar luz sobre uma nova vertente dentro do movimento feminista, em contraste com o chamado feminismo liberal. É nossa intenção demonstrar, ao invés disso, que o feminismo da primeira metade do século XX foi rico em pluralidade, bem como conviveu com a influência de outros movimentos, como o socialista, com os quais disputou pautas e personagens.

À vista disso, é necessário que façamos um breve balanço historiográfico acerca das produções no campo da história das mulheres e, principalmente, da história do feminismo. Sobre o último, construiu-se uma narrativa em que o feminismo é apresentado como um movimento sazonal e excepcional<sup>10</sup>. Comumente, ele é periodizado em ondas, isto é, eras que

---

<sup>10</sup> Sobre as críticas à noção de ondas na historiografia do feminismo, ver LAUGHLIN, Kathleen A.; GALLAGHER, Julie; COBBLE, Dorothy S.; BORIS, Eileen; NADASEN, Premilla; GILMORE, Stephanie e ZARNOW, Leandra. Is It Time to Jump Ship? Historians Rethink the Waves Metaphor. **Feminist Formations**, v. 22, n. 1, 2010, p. 76-135; PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 26, n. 52, p. 249-272, 2007; HEMMING, Clare. Contando histórias feministas. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 215-241, 2009.

se sucedem evolutivamente. Dessa forma, o feminismo das primeiras décadas do século XX é rotulado como pertencente à primeira onda, enquanto o feminismo dos anos 1960, 1970 e 1980 é considerado parte da segunda onda. Entre as ondas, existe um hiato, isto é, um período de adormecimento do movimento (HEMMINGS, 2009).

As consequências negativas dessa interpretação são numerosas, mas nos limitaremos a uma, que influencia diretamente as análises propostas por este trabalho. Essa historiografia prevê a homogeneidade de pautas, não raro, daquelas que se tornaram vencedoras de processos de disputa, e elege personalidades simbólicas para cada onda. Nesse sentido, os debates são pouco explorados. Restam apenas os consensos.

A partir dessa proposta, assume-se que a luta pela emancipação feminina foi, ao menos no início do século XX, uma pauta dos movimentos burgueses e conservadores, comandados por *ladies*. Como nos mostra Ellen Du Bois (1998, p. 253), essa perspectiva insiste na existência de um antagonismo entre feminismo e socialismo, sobretudo no período entre 1890 e 1920.

Com o objetivo de desafiar essa concepção, privilegamos a interface entre diferentes movimentos sociais entre os anos 1907 e 1917. Foi assim que identificamos a presença de mulheres que relacionaram, por exemplo, a emancipação feminina ao fim da hierarquia de classes. Nesse sentido, argumentamos que as demandas feministas não-socialistas precisaram disputar espaço com projetos de emancipação feminina encabeçados por militantes de esquerda, como as socialistas. Avançamos, então, ao propor uma história das esquerdas e das lutas por direitos sociais e trabalhistas que dialogam com outras histórias, como a do feminismo.

Além disso, essa abordagem nos permitiu observar os processos históricos de deslocamento de noções de direitos por mulheres. Ao propor outras histórias, para além dos marcos fundadores, este trabalho possibilita que os movimentos de mulheres, socialistas ou não, sejam analisados dentro de suas complexidades.

Nesse sentido, demonstramos que, além do feminismo não-socialista, outros movimentos de mulheres desenvolveram práticas políticas centradas na experiência da mulher como sujeito. Assim, ao fazer uma história das lutas por direitos femininos, adentramos em um campo permeado por disputas, cujas militantes estavam comprometidas com lutas diversas.

Nosso foco está, então, na forma como mulheres socialistas traduziram a tensão existente entre o socialismo e feminismo, com a finalidade de produzir uma sociedade baseada na justiça e na igualdade, sobretudo nos espaços de trabalho.

Isso não significa, contudo, que o gênero não é um conceito fundamental para o desenvolvimento desta pesquisa. Como Joan Scott (1995, p. 85) afirma, ele é “um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder”. Essa perspectiva nos é útil na medida em que permite analisar como as mulheres socialistas observaram as relações entre os sexos no campo do trabalho: entre elas, a emancipação feminina era uma discussão à parte dentro da emancipação operária, visto que as mulheres carregavam consigo a experiência social do gênero.

Os mundos do trabalho também ganham centralidade nesta pesquisa porque argumentamos que as atitudes práticas para a emancipação da mulher estavam intrinsecamente ligadas à luta por direitos trabalhistas. As operárias foram as personagens centrais da construção do projeto de emancipação socialista no período. Ao perceberem opressões específicas vividas por mulheres nos espaços de trabalho, as socialistas avaliaram a necessidade de direitos do trabalho, principalmente para as operárias grávidas e parturientes. Foram temas de suas discussões a jornada de trabalho de oito horas, o trabalho noturno, o trabalho infantil, o direito à licença-maternidade nos períodos antes e depois do parto, a existências de salas de amamentação e creches em fábricas, entre outros<sup>11</sup>.

Observa-se, então, que o gênero forneceu os critérios necessários para a formação de uma política de direitos para trabalhadoras. Portanto, contribuímos também para a construção de uma história do trabalho que, em vez de relegar o gênero à margem, integra essa categoria às suas análises, como assinalou Beth Lobo (2021).

Expostos os objetivos desta pesquisa, é importante que nos concentremos na metodologia escolhida para atingi-los. Adotar as atas e resoluções de congressos internacionais, assim como textos e discursos divulgados para públicos estrangeiros, como fontes permitiu incorporarmos uma metodologia que valoriza a história conectada e transnacional. Eleen DuBois (1998, p. 252) aponta que a luta pela proteção social das mulheres foi um dos maiores movimentos pelos direitos democráticos da história. Além dela, Françoise Thébaud (2003, p. 132), ao estudar as mulheres e as relações de gênero durante a Primeira Guerra Mundial, afirma que “a vida internacional do feminismo merecia ser bem mais conhecida (...)”. Afinada com a proposta de ambas as autoras, esta pesquisa se propõe a

---

<sup>11</sup> Observo isso a partir das resoluções e moções dos Congressos. Ver: Resolutions and Motions. **Second International Conference of Socialist Women**, Copenhagen, 26 de agosto de 1910. Disponível em: <[http://library.fes.de/cgi-bin/populo/zweiint.pl?f\\_ABC=f&t\\_showen=x](http://library.fes.de/cgi-bin/populo/zweiint.pl?f_ABC=f&t_showen=x)>. Acesso em: 24/05/2022.

narrar a história de um movimento global, feminino e socialista pelos direitos trabalhistas para mulheres.

Como mencionado, a Segunda Internacional foi um evento que reuniu socialistas de diferentes partes da Europa e, em menor escala, dos Estados Unidos. Ao nosso ver, seu caráter plural impulsionou a troca de experiências e a criação de redes de sociabilidades entre mulheres socialistas, o que contribuiu para que elas fossem capazes de transformar a teoria e prática socialistas. Juntas, elas se movimentaram em defesa do sufrágio universal, dos direitos trabalhistas e da proteção à maternidade, temas antes marginalizados por seus colegas de partido.

Ao mesmo tempo, essas mulheres também travaram diálogos e disputas com movimentos feministas não-socialistas. Elas atuaram na articulação internacional que existiu durante os anos do entreguerras e já foi demonstrada por Leila Rupp (1977). Menos conhecida, no entanto, é a história da influência das socialistas no debate geral do feminismo, tema do texto que aqui se apresenta.

Nesse sentido, essas fontes são espaços privilegiados para observar os jogos de consensos e oposições estabelecidos entre as próprias socialistas, assim como entre elas e o debate geral do feminismo.

Ao fazer uma história global e conectada, também integramos ao centro da narrativa histórica processos e experiências de distintas partes do globo, sobretudo as periféricas<sup>12</sup> (LIMA, 2018, p. 60). Neste caso, a proposta é colocar em debate a ação de países com forte tradição socialista, como a Alemanha e Rússia. Além disso, partimos do princípio de que o nacional e a nação não precisam ser as categorias privilegiadas de estudo, mas sim as conexões, o atravessamento de fronteiras e a colisão de “mundos” (WEINSTEIN, 2018, p. 16). Dessa forma, essa abordagem global dinamiza a história da conquista de direitos sociais e trabalhistas no início do século XX.

Atentos a essas premissas, organizamos esta pesquisa em três capítulos. No primeiro, estudamos a presença da emancipação feminina na teoria socialista nos séculos XIX e XX, com foco nas leituras e contribuições feitas por Clara Zetkin, Rosa Luxemburgo e Alexandra Kollontai. Depois, no segundo capítulo, procuramos investigar como se deram as relações entre o movimento de mulheres socialistas e seus partidos, bem como entre as mulheres socialistas e as feministas não-socialistas. Por fim, no terceiro capítulo, analisamos as

---

<sup>12</sup> Ainda assim, fica nítido que o movimento internacional de mulheres aqui estudado foi construído por e para mulheres do norte global. Nesse sentido, as redes internacionais de ativistas socialistas pouco atingiram o sul global ou mesmo discutiram a especificidade da condição da mulher trabalhadora nesses espaços.

resoluções das Conferências Internacionais de Mulheres Socialistas de 1907 e 1910 com o objetivo de observar quais ações para a promoção feminina foram propostas pelo movimento, bem como quais foram os reflexos dessas propostas na legislação constituída após a Primeira Guerra Mundial.

## 2 A INTELLECTUALIDADE SOCIALISTA E A QUESTÃO DA MULHER

Em discurso<sup>13</sup> ao Congresso do Partido Social-Democrata da Alemanha, em 1896, Clara Zetkin afirmou que apenas com a ajuda de mulheres operárias o socialismo seria vitorioso. A presença das trabalhadoras na teoria e prática socialista, contudo, não foi um dado automático, mas motivo de debates ao longo de todo o século XIX e XX. Mulheres socialistas precisaram negociar, junto a seus camaradas de partido, espaços para desenvolver um movimento socialista que considerasse a experiência das mulheres. Este capítulo examina como a teoria socialista comportou essas demandas e, a partir delas, construiu um projeto de emancipação para as mulheres. Argumentamos que, para as mulheres socialistas, a emancipação só seria conquistada a partir de uma posição de classe, isto é, do ingresso de mulheres no mercado de trabalho e, por consequência, na luta operária. Dessa forma, as reivindicações de direitos sociais e políticos foram lidas por elas sempre através da intersecção entre classe e gênero.

Para analisar essa questão, organizamos o capítulo em dois momentos. No primeiro, foram exploradas as jornadas políticas de três militantes do movimento de mulheres socialistas do início do século XX. Acreditamos que suas trajetórias nos permitem compreender alguns dos argumentos que cercaram suas movimentações. Na segunda metade do capítulo, recuperamos brevemente a presença da mulher como tema nas obras de Karl Marx, Friedrich Engels e August Bebel<sup>14</sup>. Isso se justifica na medida em que Wendy Goldman (2014) considera que as interpretações desses autores formaram a base na qual se ergueu a formulação socialista de Zetkin, Luxemburgo e Kollontai, na qual estamos diretamente interessadas.

### 2.1 BIOGRAFIAS E JORNADAS POLÍTICAS

O objetivo desta seção é apresentar as trajetórias pessoais e políticas de três teóricas e militantes do movimento socialista-feminista do início do século XX. Inicialmente, Clara Zetkin (1857-1933), Rosa Luxemburgo (1871-1919) e Alexandra Kollontai (1872-1952) foram selecionadas como objetos de pesquisa em razão da liderança que exerceram nas

---

<sup>13</sup> ZETKIN, Clara. **Apenas em conjunto com as mulheres proletárias o socialismo será vitorioso**. Discurso ao Congresso do Partido Social-Democrata da Alemanha. Gotha, 16 de outubro de 1896. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/zetkin/1896/10/16.htm>>. Acesso em: 19/05/2022.

<sup>14</sup> Teórico e político socialista, foi um dos responsáveis pela fundação do Partido Social-Democrata da Alemanha. Por sua atuação junto ao Partido, foi um dos protagonistas da Segunda Internacional. Morreu em 1913, na atual Suíça.

Conferências Internacionais das Mulheres Socialistas de 1907 e 1910. Em uma pesquisa detalhada, contudo, foi possível encontrar outros espaços de colaboração entre as autoras. Seja em partidos políticos ou por meio de textos e cartas, Clara, Rosa e Alexandra teceram relações teórico-políticas que, quando analisadas, permitem-nos apreender o projeto de emancipação de mulheres trabalhadoras formulado, internacionalmente, por mulheres socialistas e trabalhadoras.

Essa escolha é resultado também da percepção de que, dentre as militantes socialistas do início do século XX, as três atingiram tornaram referências políticas, do próprio tempo delas, entre círculos socialistas e feministas. Nesse sentido, houve esforços para que seus textos fossem traduzidos e disponibilizados em arquivos online ou publicados por editoras, o que influenciou diretamente os rumos dessa pesquisa.

Além disso, a opção por trazer as biografias das três autoras passa pela percepção de que elas suscitaram questões político-teóricas de acordo com suas trajetórias. Dessa forma, torna-se fundamental perceber que papéis elas assumiram e que aproximações podemos traçar entre eles.

### 2.1.1 Clara Zetkin

Conhecemos a história de vida de Clara Zetkin por meio de Gilbert Badia. Nascido em 1916, Badia foi um tradutor, professor de língua alemã e historiador contemporâneo à Clara. Filho de espanhóis, passou pela França e Alemanha militando contra o nazismo e, aos poucos, aproximou-se do Partido Comunista Francês. Traduziu cartas trocadas entre Karl Marx e Friedrich Engels, Rosa Luxemburgo e Clara Zetkin, além de outros militantes, do alemão para outras línguas modernas. Sua experiência de tradução o tornou especialista nas biografias desses escritores alemães, assim como na história do espartaquismo e do antifascismo. Resulta dessa trajetória, é o livro **Clara Zetkin: vida e obra**, publicado nos anos 1990. No Brasil, lançado em 2003 pela Editora Expressão Popular, é a única obra em língua portuguesa que resgata o percurso pessoal e político de Clara Zetkin.

Em 1857, Clara nasceu em Wiederau, uma pequena cidade na Saxônia, habitada principalmente por tecelões. O pai de Clara, Gottfried Eisner, era professor de alemão e cálculo, de origem bastante humilde. Sua mãe, Joséphine Vitale, era viúva de um médico e filha de um oficial de Napoleão Bonaparte, que, acabado o Império Napoleônico, tornou-se professor. O avô e a mãe de Clara eram simpáticos à Revolução Francesa e à Revolução de 1848, além de leitores assíduos. Joséphine também era ativa em sua comunidade e chegou a

fundar, em Wiederau, uma associação de ginástica feminina que trouxe à cidade importantes nomes do movimento feminista alemão.

Clara, a mais velha de três filhos, conviveu de perto com letrados, mas também com a miséria do povoado em que viveu até os 15 anos. Na escola, ela reconheceu a pobreza dos filhos de tecelões, uma classe engolida pela chegada de fábricas têxteis nos arredores da cidade.

A busca por melhores oportunidades empurrou a família Eisner para Leipzig, uma cidade vizinha à Wiederau. Quando instalados na cidade, o primeiro desafio foi encontrar uma escola para Clara. Segundo Baldia (2003, p. 17), poucos eram os estabelecimentos que ofereciam educação profissional para moças. Foram as conexões feministas de Joséphine que levaram Clara a uma escola para formação de professoras dirigida pela Associação Geral das Mulheres Alemãs. Lá, Clara teve contato com história e literatura, mas com uma grande variedade de línguas modernas.

Foi também nesse espaço que Clara ingressou em seus primeiros círculos de amizade. Uma de suas melhores amigas era Varvara, uma garota de São Petersburgo. Ela foi responsável por apresentar a Clara vários estrangeiros, sobretudo russos, com quem travou debates e leituras muito significativas.

Nesse contexto, em todo o Império Alemão, a economia industrial se desenvolvia rapidamente. Com as fábricas, surgiram também associações de operários e, nos anos de 1870, partidos operários alcançaram cadeiras no Parlamento. Com o avanço da social-democracia, em 1878, o chanceler do Império, Otto von Bismarck, implantou leis anti-socialistas. Os partidos se viram estrangulados pela perseguição policial e impedidos de publicar na imprensa.

Ao se aproximar de estudantes imigrantes, Clara associou-se ao movimento intelectual e estudantil que eles faziam. Foi assim que conheceu Ossip Zetkin, um homem 10 anos mais velho e de origem ucraniana, com quem, futuramente, casaria-se.

Em 1876, Clara obteve a aprovação final para se tornar professora de línguas modernas. Sua militância e amizades políticas, contudo, impediram-na de continuar na escola de professoras em que se formou. Tornou-se, então, preceptora nas casas de vários industriais dos arredores de Leipzig, um emprego com salários baixos e bastante precário.

Enquanto isso, a repressão aos sociais-democratas apenas aumentou. Ossip, preso em um comício, foi expulso de Leipzig e se mudou para Paris. Clara, sozinha na cidade, decidiu viajar para Zurique com amigas. Lá, conheceu Eduard Bernstein, um dos principais teóricos da social-democracia naquele contexto e correspondente frequente de Marx e Engels.

Surgiu dessa amizade, muito provavelmente, o primeiro cargo de Clara como militante: ela foi uma das responsáveis por despachar e divulgar, de maneira clandestina, o jornal *O Socialdemocrata*, na Alemanha. Também é certo que foi a partir da influência de seus companheiros que Clara leu, em 1879, **A mulher e o socialismo**, de August Bebel.

Cheia de referências, Clara partiu para Paris em 1882. Seu objetivo era encontrar Ossip. Na cidade, dividiram um apartamento e tiveram dois filhos. Lá, viveram uma vida bastante difícil. Os salários que recebiam como tradutores de francês, inglês e italiano não eram suficientes. Sobreviveram com a ajuda de amigos, que forneceram alimento e moradia quando necessário. Isso não os impediu, contudo, de continuar a frequentar os meios socialistas, sobretudo russos. Ossip e Clara também dividiram muitas traduções e leituras. A partir de suas cartas, sabemos que ela estudou não apenas a teoria marxista, mas também as experiências da Revolução Francesa e da Comuna de Paris (BADIA, 2003, p. 30). Dessas leituras, resultaram seus primeiros artigos, que mais tarde a lançaram como jornalista. Contudo, nessas mesmas cartas, Clara relatava as dificuldades de combinar seu trabalho com a maternidade e as atividades domésticas.

“Sou costureira, cozinheira, lavadeira etc., enfim, empregada para qualquer serviço. Além disso, há dois danadinhos que não me dão sossego em um só momento. Mal comecei a fazer o estudo de Louise Michel, foi necessário limpar o nariz do nº 1; e mal me sentei para escrever, precisei dar a chupeta ao nº 2...” (BALDIA, 2003, p. 30).

Em meio à formação política de Clara, Ossip adquiriu uma doença muito grave e faleceu em 1889. Clara se tornou uma jovem viúva, mãe de dois filhos, em um país estrangeiro. A tragédia não a impediu de continuar publicando artigos em jornais socialistas, de se aproximar de militantes ou de se aprofundar na teoria marxista. Em 1889, Clara se apresentou no Congresso Internacional de Paris, que abriu a Segunda Internacional Socialista. Ela foi responsável por escrever um texto sobre a questão feminina sob o capitalismo. Além da experiência decisiva de se apresentar em frente a centenas de pessoas, o Congresso foi fundamental para estimular Clara a estudar e se aproximar do movimento de mulheres operárias.

Ao voltar à Alemanha em 1890, Clara encontrou um espaço mais aberto para a militância socialista, mas não para as mulheres. Até 1908, elas estavam proibidas de aderir a organizações políticas ou participar de reuniões dessa natureza (BADIA, 2003, p. 44). Foi nessa Alemanha que Clara se incumbiu da tarefa de divulgar as ideias socialistas às mulheres operárias. Nesse contexto, ela usou suas leituras gerais sobre a teoria marxista para formular teorias sobre a mulher na sociedade moderna. As obras de Engels foram fundamentais para

que ela considerasse a conexão entre o nascimento da propriedade privada e a opressão da mulher.

Além disso, Clara, durante toda sua trajetória política, esforçou-se para diferenciar o movimento feminista de origem burguesa ou restrito às reivindicações de direitos civis do movimento de mulheres operárias que propunha. Gênero e classe estavam entrelaçados em seus escritos e sua militância, assim como as experiências internacionais e os intercâmbios intelectuais decorrentes delas foram marcantes para sua trajetória. Como redatora do jornal *A Igualdade*, fundado em 1892 e ligado ao SPD, e em seus discursos, essas são suas características mais notáveis e que pretendemos analisar nos próximos capítulos.

Além disso, desde sua atuação como conferencista, em Paris, ela passou a atuar como delegada e presidente em várias conferências e eventos que reuniram mulheres socialistas, tornando-se uma referência no tema. Clara Zetkin faleceu em 1933, na Rússia, e foi ativa politicamente até o fim de sua vida. Interessa-nos, contudo, o seu período de formação intelectual e política, decisivo para a formulação de sua teoria sobre a emancipação da mulher operária. Neste capítulo, optamos por encerrar sua biografia detalhada quando da sua volta para a Alemanha, na última década do século XIX. No capítulo seguinte, dedicaremos-nos a analisar a militância de Clara no intervalo entre 1907 e 1917.

### 2.1.2 Rosa Luxemburgo

Em **Rosa Luxemburgo e a reinvenção da política**, publicado pela Boitempo em 2021, Hernán Ouviaña, doutor em Ciências Sociais pela Universidade de Buenos Aires, fez uma brilhante análise da vida e obra de Rosa Luxemburgo, sobretudo de suas contribuições enquanto militante socialista. Para o autor (2021, p. 24), “Rosa se converteu em mero ícone de luta, sem maiores conhecimentos de sua herança intelectual e militante; apenas uma referência de dignidade e integridade, de vida nobre interrompida abruptamente a coronhadas”. Seu livro, então, propõe uma análise do pensamento e da ação política de Rosa, não dissolvendo a prática da teoria. Como Ouviaña, nosso objetivo é fazer uma breve apresentação de Rosa enquanto intelectual e militante, recuperando seus principais debates e diálogos.

Rosa Luxemburgo nasceu no dia 5 de março de 1871, em Zamość. A pequena cidade, antes parte da Polônia, havia sido anexada pelo Império Russo em 1795. Desde então, os poloneses viviam em um clima de opressão nacional, em que não podiam falar sua própria língua ou praticar sua cultura tradicional. Rosa, além de polonesa, era judia e mulher em um

ambiente em que o antissemitismo era política de Estado e em que as mulheres não possuíam direitos civis.

Em 1874, a família de Rosa se mudou para Varsóvia. Ali, Rosa adquiriu uma doença que a obrigou a engessar a perna e repousar por um ano. Foi na cama que ela aprendeu a escrever e ler, sob o incentivo da família, também culta. Como consequência dessa ocasião, Rosa ficou com uma perna mais curta do que a outra, trazendo consequências sérias para sua locomoção.

Varsóvia também é importante porque foi onde a jovem Rosa, com 16 anos, passou a militar em uma organização de caráter revolucionário e marxista chamada Proletariado. Perseguida pelo czarismo russo e pela polícia local, Rosa decidiu se mudar para Zurique. Durante os nove anos em que viveu na cidade, graduou-se em Ciências Econômicas e Políticas em um dos únicos espaços universitários em que mulheres eram aceitas naquele momento. Foi na universidade que conheceu a obra de Marx.

Ali também Rosa encontrou Leo Jogiches, um jovem revolucionário da Lituânia, com quem estabeleceu uma parceria intelectual e amorosa duradoura. Inserida em círculos intelectuais de emigrados, Rosa entrou em contato com várias referências do socialismo, sobretudo russo, além de ter fundado o Partido Social Democrata do Reino da Polônia, em 1893.

Em 1898, casou-se com um amigo alemão. O objetivo, longe de ser amoroso, era obter a cidadania alemã. No mesmo ano, Rosa chegou a Berlim e passou a militar pelo PSD. Ela esteve profundamente próxima dos círculos operários, principalmente de poloneses. Entre eles, fazia campanhas eleitorais para o Partido.

Além das atividades de agitação, Rosa dedicava-se a debates com teóricos socialistas, ao jornalismo e à escrita de artigos. Ela foi uma crítica da política de reformas de Eduard Bernstein e das atitudes colaboracionistas com a burguesia de Jean Jaurès. Ambos foram grandes nomes do socialismo alemão e francês, com quem Rosa travou debates públicos intensos e criou inimizades. Essa sua posição combativa a levou a alcançar lugar de destaque nos círculos sociais socialistas.

Em 1905, quando eclodiu a Revolução na Rússia, Rosa forjou uma identidade falsa e se dirigiu para lá. Escreveu em jornais, agitou os trabalhadores, distribuiu panfletos e participou de debates com trabalhadores. Como resultado, ficou presa por quatro meses e foi expulsa da Rússia. Já na Alemanha, em 1907, Rosa passou a atuar como educadora na escola de formação do PSD. Nesse período, escreveu vários textos sobre a teoria marxista com uma linguagem simples, mas crítica.

Apesar da amizade com Clara, integrante do SPD, a relação de Rosa com outros integrantes era frequentemente estremecida por discussões teóricas e táticas. Na década de 1910, Rosa já estava praticamente isolada do Partido.

Diante disso, e com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, em 1914, Rosa criou um grupo antimilitarista com companheiros de militância, inclusive Clara Zetkin. Por suas publicações contra a guerra, foi presa, mas isso não impediu que Rosa e seu grupo criassem um núcleo organizado dentro do SPD com o objetivo de divulgar suas posições políticas. Nasceu dessa colaboração a Carta de Spartacus, em 1916. Foi da prisão também que Rosa assistiu ansiosamente aos acontecimentos da Revolução Russa, em 1917, e escreveu textos críticos sobre a política dos bolcheviques.

Nos anos seguintes, a Liga Spartacus<sup>15</sup> se converteu em partido político, o Partido Comunista da Alemanha (KPD). Em 1919, os espartaquistas estavam no meio de uma guerra civil que tomava Berlim. De um lado, seus apoiadores. Do outro, líderes políticos do PSDe de direita. Nesse contexto, Rosa e outros companheiros de militâncias foram brutalmente assassinados em 15 de janeiro de 1919.

Em setembro de 1919, Clara Zetkin escreveu para *A Internacional Comunista*<sup>16</sup>:

“Com uma vontade férrea, com um desprezo total de si mesma, com uma abnegação que não há palavras com que expressar, Rosa pôs a serviço do socialismo tudo o que era, tudo o que valia, sua pessoa e sua vida. A oferenda de sua vida à ideia, não deixou tão somente no dia de sua morte; havia dado pedaço a pedaço em cada sua existência de luta e de trabalho”.

O trecho deixa claro não só a amizade e colaboração que ambas nutriam, mas o caráter ativo da militância política e intelectual de Rosa, além de sua colaboração para a teoria socialista, sobretudo nos campos da economia e da política.

### 2.1.3 Alexandra Kollontai

No recém-publicado **Kollontai 150** (2022, p. 18-19), em texto introdutório, a historiadora Julia Cámara afirma que, ao contrário de outros clássicos da literatura marxista, Alexandra Kollontai foi pouco estudada até o recente momento. Em sua opinião, isso se deve ao fato de sua produção mais relevante não conter uma obra de fôlego, mas panfletos e

<sup>15</sup> A Liga Spartacus, fundada em 1914, foi um grupo à esquerda da social-democracia alemã que se opunha ao imperialismo e à guerra mundial. O grupo da Liga Spartacus fundou o Partido Comunista na Alemanha depois de romper com o Partido Social-Democrata da Alemanha. Participaram da Liga militantes como Rosa Luxemburgo, Karl Liebknecht, Clara Zetkin e Franz Mehring, entre outros.

<sup>16</sup> ZETKIN, Clara. Rosa Luxemburg. **The Communist International**. Moscou, n. 5, 01 de setembro de 1919, p. 5. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/zetkin/1919/09/rosa.htm>>. Acesso em: 19/05/2022.

pequenos artigos, o que diminui o interesse de divulgação e tradução de seus textos por editoras. Além disso, acrescentamos que muito pouco se discorreu sobre a trajetória pessoal e política de Alexandra. Por isso, como fonte biográfica, recorreremos à **Autobiografia de uma mulher comunista sexualmente emancipada**, escrita pela própria Kollontai em 1926 e traduzida pela Editora Sundermann em 2006.

Alexandra nasceu em 1872, em São Petersburgo. Na época, a cidade já concentrava boa parte das indústrias pesadas e, à vista disso, era o centro do movimento operário do país. Ela era, contudo, filha de uma família da velha nobreza russa. Passou boa parte da vida no campo, proibida de frequentar as escolas por ser mulher. Isso não a impediu, contudo, de socializar com crianças camponesas, cuja privação conheceu de perto, e tutores. Para sua formação intelectual, foi fundamental a tutoria de madame Marie Strakhova, uma preceptora ligada aos círculos revolucionários russos. Foi assim que, em 1888, Alexandra concluiu os exames que a qualificaram para ingressar na universidade.

Porém, seus pais exigiram dela um bom casamento e o mais rápido possível. Revoltada com a possibilidade de se casar por conveniência, Alexandra se casou com um primo de origem humilde, engenheiro de formação. Foi dele que recebeu o sobrenome Kollontai. Meses depois, Alexandra ficou grávida. Durante a gestação e a maternidade, ela relatou como se sentia presa pelos laços da família (KOLLONTAI, 2006, p. 36). Suas atenções, na verdade, estavam voltadas para as questões sociais da Rússia, sobretudo as ligadas ao movimento operário. Ela usou esse período de reclusão para ler e frequentar palestras sobre o tema. Foi assim que se aproximou do marxismo.

Estimulada por esses estudos, Alexandra deixou marido e filho com o objetivo de estudar economia política em Zurique. Em 1899, após estudar lado a lado com o economista Heinrich Herkner, Alexandra se filiou ao Partido Social-Democrata Russo, que estava na clandestinidade. Tornou-se escritora e propagandista, posicionando-se em temas de destaque, como a libertação da Finlândia<sup>17</sup> e a Revolução Russa de 1905.

Em sua autobiografia, Alexandra afirmou que, quanto mais se aproximava do partido, mais percebia que a emancipação feminina não era uma questão fundamental para seus companheiros.

Com certeza um movimento de libertação das mulheres burguesas já existia na Rússia. Mas meu ponto de vista marxista apontava com uma clareza iluminadora

---

<sup>17</sup> O Grão-Ducado da Finlândia foi anexado à Rússia em 1809, depois de uma guerra entre o Império russo e a Suécia. A partir do século XX, o movimento nacionalista finlandês ganhou força. Ao mesmo tempo, os russos aumentaram sua pressão sobre a Finlândia. Nesse mesmo período, o Império iniciou uma política de russificação por todo o Canal Báltico, com o objetivo de oprimir as culturas nacionais e aumentar sua influência na região.

que a libertação feminina somente poderia dar-se como resultado da vitória de uma nova ordem social e um sistema econômico diferente. Logo, eu me joguei na luta entre as sufragistas russas e lutei com todas as minhas forças para induzir o movimento da classe trabalhadora a incluir a questão feminina como um dos objetivos de sua luta no seu programa (KOLLONTAI, 2006, p. 17).

Implantar esse debate entre os partidos socialistas não foi tarefa fácil. Kollontai encontrou frequentemente a resistência de seus colegas. Apesar disso, entre 1906 e 1908, conseguiu reunir um grupo de mulheres do Partido que estavam interessadas em sua proposta. Em 1907, nasceu o Clube das Mulheres Trabalhadoras, que reuniu também jovens ligadas à classe operária.

Foi nessa fase que a perseguição política se tornou mais frequente na vida de Alexandra. Em 1908, ela participou do Congresso de Mulheres da Rússia, convocado por sufragistas burguesas. Seu objetivo era, reunindo suas camaradas, formar um grupo independente e distinto dentro do Congresso, apresentando uma perspectiva socialista da emancipação feminina. Sobre esse caso, ela afirma:

Meus camaradas de partido acusaram a mim e àquelas mulheres que compartilhavam meu ponto de vista de sermos feministas e atribuir demasiada ênfase às questões que diziam respeito apenas às mulheres. Na época, não havia qualquer compreensão do papel extraordinariamente importante na luta que se desenvolvia entre as mulheres profissionais autônomas (KOLLONTAI, 2006, p. 40).

Isolada pelo Partido e perseguida pela polícia, Kollontai deixou a Rússia naquele ano e, até 1917, viajou pela Europa e América do Norte. Durante sua passagem pela Alemanha, aderiu ao Partido Social-Democrata e reencontrou Rosa Luxemburgo e Clara Zetkin, com quem havia atuado na Primeira Conferência Internacional das Mulheres Socialistas, em 1907. Para Kollontai, Clara foi fundamental para que ela delineasse os princípios e objetivos do movimento de mulheres trabalhadoras russas (KOLLONTAI, 2006, p. 41).

Durante quase uma década como emigrada, Alexandra atuou como oradora, propagandista e escritora. Seus livros e artigos foram publicados, clandestinamente, por todo o mundo, inclusive na Rússia.

A partir de 1914, com a Primeira Guerra Mundial, Alexandra passou a militar contra a guerra e, por isso, aliou-se, no plano russo, aos bolcheviques. Começou também a trocar uma correspondência frequente com Vladimir Lênin. Em 1917, com o início da Revolução Russa, Alexandra retornou ao seu país natal. Nos anos seguintes, Kollontai atuou diretamente junto ao governo revolucionário, sendo responsável por formular legislações e políticas públicas em torno da questão da mulher. Exemplo disso foi sua atuação como diretora do Zetnodel,

departamento dedicado a melhorar as condições de vida de mulheres russas e as atrair para o socialismo.

A atuação política em solo russo não durou muito. Em 1922, Kollontai se tornou diplomata e embaixadora russa em lugares como Noruega e México. Sua autobiografia se encerra nesse momento, mas Kollontai faleceu apenas em 1952, quando já estava estabelecida em Moscou, na Rússia.

#### **2.1.4 Três vidas, um movimento**

As trajetórias de Clara, Rosa e Alexandra, por diversas vezes, cruzaram-se. Do ponto de vista da formação, é nítido que as três encontraram grandes dificuldades para concluir seus estudos, visto que estavam inseridas em países em que o ensino universitário feminino era embrionário, para não dizer proibido. Todas, então, recorreram à Suíça, onde, além do ensino superior feminino, encontravam-se grandes nomes das ciências políticas e sociais. Também é interessante perceber que o período de estudos dessas três mulheres não foi solitário. Pelo contrário, foi no Ensino Superior que elas se conectaram com movimentos sociais, muitas vezes estrangeiros, e com camaradas que as acompanharam até o fim de suas vidas. Talvez isso explique a centralidade que o internacionalismo, isto é, a cooperação internacional entre intelectuais e movimentos sociais, encontra nas obras das três.

Já militantes reconhecidas, Clara, Rosa e Alexandra se estabeleceram na Alemanha e se filiaram ao Partido Social-Democrata. O retorno ao lar, no caso de Clara e Rosa, e a emigração de Alexandra podem ser resultado do protagonismo que o movimento operário atingiu na Alemanha, da concentração de teóricos socialistas que ali havia, mas também do contexto da Revolução Alemã (1918). Além disso, a perseguição e clandestinidade recorrentes também pode as ter empurrado para espaços em que suas ideias encontravam vazão e apoio, tanto popular quanto erudito.

Do ponto de vista pessoal, destacam-se em suas trajetórias as experiências do amor e da maternidade. Em uma sociedade patriarcal, as três lutaram contra o casamento burguês e a maternidade tradicional. Além disso, Zetkin e Kollontai, como mães, experienciaram como era difícil conciliar o trabalho e as tarefas de cuidados. Se essas e outras opressões as impulsionaram a debater as questões femininas, é nítido que nem sempre encontraram apoio por parte de seus companheiros de partido, que enxergavam seus debates como coadjuvantes à causa socialista. A opressão de gênero, mesmo entre os círculos intelectuais socialistas,

fez-se presente. Nesse caso, a união de mulheres em Conferências e grupos próprios pode ter sido uma estratégia para facilitar a construção e circulação de suas lutas.

Ao mesmo tempo, suas trajetórias – e, inclusive, seu gênero – foram, por vezes, usadas pela crítica para deslegitimar suas ações<sup>18</sup>. Isso se reflete no presente, sobretudo no apagamento de suas figuras enquanto personagens da história do socialismo. Nesse sentido, este trabalho tem como uma de suas funções recuperar, a partir da trajetória e dos textos de suas militantes, a ação do movimento de mulheres socialistas no início do século XIX.

## 2.2 CONSTRUINDO A QUESTÃO DA MULHER

O socialismo tem por princípio teórico sua natureza emancipatória. Porém, na prática, as organizações socialistas, nos séculos XIX e XX, eram formadas majoritariamente por homens, o que colocava tanto as mulheres quanto os debates sobre gênero à margem da política oficial. Ainda assim, como as biografias e jornadas políticas acima demonstram, mulheres socialistas se organizaram para garantir que suas reivindicações, relacionadas ao trabalho feminino, ao sufrágio e à maternidade, fossem levadas em consideração por seus camaradas.

É nítido que suas demandas foram influenciadas também por movimentos não-socialistas em prol dos direitos femininos que, naquele momento, debatiam a opressão das mulheres. O que chama atenção, contudo, é que as socialistas buscaram abordar esse problema a partir da perspectiva socialista, com base nos debates teóricos e nas estratégias práticas que guiavam seus partidos. Mais do que isso, parece que as socialistas enxergavam as mulheres trabalhadoras como indivíduos a serem disputados e, por isso, questões de sua realidade prática deveriam ser examinadas (HANNAM, HUNT, 2012, p. 57).

Segundo as historiadoras June Hannam e Karen Hunt (2012), a “questão da mulher” passou a ser amplamente investigada dentro de grupos socialistas a partir de 1880. Por questão da mulher, entendiam-se os debates sobre a emancipação do sexo feminino, do futuro da família e dos serviços domésticos, além da proteção da infância. Na medida em que essas discussões circularam entre os intelectuais, desenvolveu-se a necessidade de explicar os diferentes arranjos sociais e econômicos das mulheres na sociedade capitalista, com base em suas diferentes posições de classe. Os principais textos socialistas a responderem esse desafio

---

<sup>18</sup> Exemplo disso é o caso de Rosa Luxemburgo, mencionado por Ouviaña (2021, p. 23): "(...) setores que desde o início se opuseram ao processo soviético, ou foram inimigos da opção de um socialismo de caráter anticapitalista fora da institucionalidade estatal, tenderam a fazer um uso instrumental de certos textos e rascunhos de Rosa com a mesma malícia".

foram produzidos pela dupla Marx e Engels, bem como por August Bebel. Foi a partir desse acúmulo que Clara Zetkin, Rosa Luxemburgo e Alexandra Kollontai, assim como outras socialistas, desenvolveram – e aperfeiçoaram – suas formulações e ações políticas.

Nesse sentido, é necessário que façamos um breve panorama do conjunto de ideias sobre a mulher que circulavam entre socialistas até a década de 1910, a fim explorar sua influência sobre o modo como as mulheres socialistas construíram um projeto político de emancipação das trabalhadoras.

Os marxistas foram especialmente influenciados pelo conceito de família criado por Marx e Engels. Em **A Ideologia Alemã**, publicado originalmente em 1846, os autores formularam uma teoria que explicava o desenvolvimento da família através da história. Para isso, usaram conceitos como produção, propriedade e divisão “natural” do trabalho que, articulados, sugeriam que a família era um conjunto de relações naturais condicionada pelo modo de produção e pelos contornos sociais em que se estabelecia. Ao estudar povos ancestrais, chegaram à conclusão de que tanto a sociedade de classes quanto a opressão das mulheres tinham um denominador comum: a propriedade (ENGELS; MARX, 2007, p. 36-37).

Ao afirmar que a opressão feminina não era um dado constante, mas histórico, e que tinha uma origem econômica, Engels e Marx lançaram as bases teóricas para a construção de um movimento de emancipação feminino baseado no socialismo – isto é, em uma forma alternativa de sociedade, em que a propriedade seria abolida.

Mais tarde, em 1884, logo após a morte de Marx, Engels publicou **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. Na obra, Engels fez um estudo abrangente do desenvolvimento da família e da opressão feminina, preenchendo lacunas deixadas por **A ideologia Alemã**. Para isso, foi fundamental a pesquisa antropológica de Lewis H. Morgan com os indígenas americanos, que resultou no livro **A sociedade antiga**, publicado em 1877. Durante a leitura da obra e a partir das anotações da leitura de Marx, Engels coletou importantes informações e *insights* sobre a organização familiar no período antigo.

Exemplo disso é o fato de ele ter aperfeiçoado sua teoria do desenvolvimento da família e da opressão feminina. Na nova publicação, Engels afirmava que não somente a forma de produção de cada período foi determinante para a organização social, mas também a forma como a família se relacionava. Nesse sentido, o trabalho reprodutivo passou a ocupar espaço importante na teoria marxista, lado a lado com a produção (GOLDMAN, 2014).

Entre as novidades técnicas, ele destaca a domesticação dos animais e plantas, com o desenvolvimento da agropecuária e agricultura. Surgiu, nesse contexto, a produção de

excedente e, conseqüentemente, a escravidão. Contudo, a propriedade, até esse momento, não estava ligada à linhagem paterna, mas à materna. Foi necessário, segundo Engels, que o direito materno fosse abolido para que os pais passassem suas propriedades para seus filhos. E vem desse contexto a exigência de monogamia para mulheres e a substituição dos casais flexíveis (ENGELS, 2019).

Com essa argumentação, Engels afirmava que a opressão feminina era resultado do longo processo de criação do patriarcado e de destruição dos lares comunais, que tornou o serviço doméstico tarefa do âmbito privado e excluiu as mulheres dos espaços públicos.

O capitalismo representava, pela primeira vez, uma chance de libertação da mulher, visto que a empurrava para o trabalho socialmente produtivo e para a esfera pública. Contudo, ao fazer isso, estimulava a contradição entre os papéis reprodutivos e produtivos, limitando a agência feminina. Para Engels, essa contradição só poderia ser resolvida sob o socialismo.

Clara Zetkin usou essa teoria explicativa em seu discurso para o Congresso do Partido Social-Democrata da Alemanha, em Gotha, no ano de 1896, que mencionamos no início do capítulo. Assim como Engels e Marx, Clara Zetkin partiu do princípio de que a opressão social das mulheres era resultado da criação da propriedade privada e que, sob o capitalismo, elas viviam uma contradição: eram independentes, do ponto de vista econômico, mas objetos do modo de produção capitalista. Foi nesse contexto de extinção do modo de produção doméstico e de ingresso em massa nas indústrias que, para Zetkin, nasceram os movimentos de mulheres.

Contudo, Clara (1896) propôs em sua análise o entrelaçamento das opressões de gênero e classe. Em seu discurso, ela afirmou: “Existe um problema feminino para cada mulher do proletariado, da burguesia, da intelectualidade, etc. Assume uma forma diferente de acordo com a situação de classe de cada uma”.

Se as mulheres de classe média e alta lutavam por direitos políticos na medida em que desejam exercer sua independência econômica e individualidade, enquanto isso, as operárias eram vitimadas pela exploração capitalista.

Elas saíram para a vida econômica para ajudar seus maridos na subsistência, mas o sistema capitalista as transformou em competidoras desleais. Elas queriam trazer prosperidade para a família, entretanto, a miséria se estabeleceu. As mulheres proletárias se empregaram porque queriam construir uma vida feliz e prazerosa para seus filhos, entretanto, elas ficaram totalmente separadas deles. Elas se tornaram iguais aos homens como trabalhadores; as máquinas davam as forças necessárias e em qualquer lugar o trabalho das mulheres gerava o mesmo resultado que o dos homens.

Percebe-se que, para Clara, foi o sistema capitalista que, ao usar as mulheres como trabalhadoras assalariadas, criou a “questão das mulheres” dentro do debate socialista. Nas indústrias, elas eram usadas como força de trabalho, mas seus salários eram infinitamente mais baixos, o que as tornava peças importantes para a produção industrial lucrativa. Ainda assim, isso trazia relativa independência econômica, tanto para as mulheres quanto para suas famílias. De outro lado, contudo, gerou prejuízos à vida doméstica, visto que, conforme Zetkin afirmava, as trabalhadoras passaram a desenvolver minimamente suas tarefas como mãe e esposa. Por isso,

(...) elas devem empreender uma luta unitária com os homens de sua classe contra toda a classe capitalista. (...) Seus direitos como esposa e mãe precisam ser restaurados e garantidos permanentemente. Seu clamor final não é a livre competição com os homens, mas o poder político nas mãos do proletariado. As mulheres operárias lutam lado a lado com os homens de sua classe contra a sociedade capitalista.

Para Clara, a luta das mulheres trabalhadoras se dava em conjunto com o movimento operário. Diferente das mulheres burguesas, seu objetivo não era conquistar garantias individuais, mas o poder político de sua classe. Somente dessa forma as trabalhadoras romperiam com a miséria e exploração. Zetkin rejeitou a “competição com os homens”, que considerava parte do feminismo burguês, em nome de uma luta unitária pela libertação do proletariado.

Se a luta começava na sociedade capitalista, não era nela que se findava. Para a autora,

Apenas a sociedade socialista irá resolver o conflito que hoje é gerado pela atividade profissional das mulheres. Uma vez que a família como uma unidade econômica irá desaparecer e seu lugar será tomado pela família como uma unidade moral, as mulheres terão igualdade em direitos, igual em criatividade, [ela] será companheira de frente de seu marido; sua individualidade poderá crescer no mesmo tempo e ela cumprirá suas tarefas de esposa e mãe da melhor forma possível.

Além da dupla Engels e Marx, Clara foi profundamente tocada pela publicação de **Women and Socialism**, de August Bebel, em 1879. Sobre o livro, afirmou:

(...) não deve ser julgado de acordo com seus aspectos positivos ou pelos seus atalhos. Deve ser julgado pelo contexto de quando foi escrito. Foi mais do que um livro, foi um evento – um maravilhoso tratado. (Bastante preciso). O livro apontou pela primeira vez a conexão entre a questão feminina e o desenvolvimento histórico. Pela primeira vez, deste livro soou um apelo: nós apenas conquistaremos o futuro se

persuadirmos as mulheres a se tornarem co-batalhadoras. Reconhecendo isso, não estou falando apenas como mulher, mas como uma camarada do partido.

No livro, de título bastante significativo, fez-se uma compilação da história das mulheres, sobretudo abordando o tema da sexualidade, e discorreu-se a respeito do futuro delas sob o socialismo. O autor se distanciava de uma perspectiva moralista das relações sexuais e do casamento, predominantes na sociedade burguesa. Nesse sentido, adicionou à temática da opressão da mulher o elemento do sexo, isto é, a repressão dos desejos sexuais de mulheres. Nesse sentido, Bebel argumentou a respeito da construção social e histórica do gênero feminino e das possibilidades de destruir, a partir do movimento operário e socialista, suas opressões. Apesar de tratar a emancipação feminina de forma estática, obtida a partir do desenvolvimento natural da sociedade socialista, o autor contribuiu positivamente ao debate na medida em que fez um chamado para ações mais libertárias – emancipação feminina e união livre, por exemplo – por parte do movimento socialista. Ele também advogou a favor da criação de organizações próprias em prol dos direitos femininos (MELLO; OLIVEIRA PEDRO, 2005, p. 134).

Observe que, em ambos os trechos do discurso, as desigualdades de gênero foram subordinadas às opressões de classe. Seja em Marx, Engels ou Zetkin, são as condições econômicas que definem as opressões. As mulheres são convocadas a batalhar lado a lado dos homens como classe operária, não como um movimento à parte e em favor dos direitos femininos. Somado a isso, existe também uma valorização das tarefas domésticas e de cuidados, consideradas naturais para as mulheres e decisivas para a construção de uma sociedade socialista. Para os socialistas, a expansão de direitos, isto é, a igualdade e individualidade, resultaria também na formação de melhores mães, esposas e cuidadoras.

O caso de Zetkin é essencial para entendermos que, embora tenham versado a respeito das opressões vividas pelas mulheres, Clara, Rosa e Alexandra levantaram argumentos sobre as questões femininas a partir de suas trajetórias enquanto militantes socialistas. Isso não significa que as autoras não tenham usado diferentes recursos teóricos ou escolhido outros enfoques para abordar as questões das mulheres. É nítido que suas experiências pessoais e políticas, bem como dos contextos históricos em que viveram e os públicos para os quais produziram seus textos, foram decisivos para essas escolhas. Contudo, o fato de Clara Zetkin atuar como uma referência para Rosa Luxemburgo e Alexandra Kollontai, bem como sua posição como presidente das Conferências Internacionais de Mulheres Socialistas durante a década de 1910, permite que, a partir de seus textos, tenhamos um vislumbre do discurso e da teoria elaborado pelas mulheres socialistas.

Por fim, o Discurso de Gotha possibilita que nos questionemos sobre a recepção dessas ideias entre os círculos e partidos socialistas. Clara vê-se na obrigação de apresentar uma série de justificativas para a existência de discussões sobre a mulher operária e o ingresso delas na militância socialista. Essa defesa da participação política feminina nos dá pistas das resistências que o movimento operário e os socialistas tinham em relação às questões inerentes à mulher e ao ambiente privado. Como veremos a seguir, esta não foi a última vez que Clara e suas companheiras precisaram responder às críticas de seus camaradas devido ao movimento que construía.

### **3 ENTRE GÊNERO E CLASSE: MULHERES SOCIALISTAS E A EMANCIPAÇÃO DAS TRABALHADORAS**

Neste capítulo, buscamos analisar questões referentes aos novos parâmetros do debate socialista formuladas por mulheres socialistas. Primeiro, discutimos a relação entre movimentos por direitos femininos socialistas e não-socialistas, observando o modo como as socialistas se diferenciaram de movimentos feministas não-socialistas, que foram contemporâneos a sua atuação. Ao mesmo tempo, analisamos como a emancipação das trabalhadoras formulada pelas socialistas foi recebida por seus partidos e camaradas. Dessa forma, preocupamo-nos em estudar de que forma as socialistas relacionaram gênero e classe, bem como quais disputas e críticas elas enfrentaram ao optarem por esquadrihar essa interação.

#### **3.1 UM BREVE PANORAMA DOS MOVIMENTOS POR DIREITOS FEMININOS A PARTIR DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX**

Ellen Du Bois (1998, p. 252), ao propor uma nova abordagem para o tema do sufrágio feminino, afirma que as lutas por esse direito no século XX foram encabeçadas por um movimento popular e transnacional. Nesse sentido, ela defende que, para além de um desenvolvimento conservador, o movimento de mulheres do início do século XX foi politicamente plural. Isso significa que, entre as ativistas, não estavam somente mulheres de classe média, posicionadas à direita, mas socialistas, anarquistas e outras.

Inspiradas por essa afirmação, propomos, nesta seção, escrever uma história do feminismo em que a pluralidade e a radicalidade sejam valorizadas. Ao fazer um retorno ao século XIX, procuramos reconstruir o contexto de formação dos movimentos de mulheres do século XX, com o objetivo de entender a centralidade que os direitos femininos ganharam no período entre 1890 e 1920, principalmente entre as mulheres socialistas.

Du Bois (1998, p. 254-255) alega que, se é possível falar em direitos femininos desde o final do século XVIII, demandas específicas por direitos políticos para mulheres datam de 1848. Para a autora, 1848 inaugurou um período revolucionário. Ao longo dele, revoluções nacionalistas explodiram por toda a Europa<sup>19</sup>. Esse cenário foi acompanhado por um crescimento de movimentos populares pelo sufrágio universal masculino. O socialismo, tanto

---

<sup>19</sup> França, os Estados alemães e italianos, assim como o Império Habsburgo, foram palco de alguns dos maiores movimentos revolucionários de 1848.

o utópico quanto o científico, popularizou-se nesse contexto, o que influenciou diretamente o modo como as camadas populares reivindicavam tais direitos.

Em contato com esses movimentos, mulheres se organizaram em torno da demanda por sufrágio feminino em várias regiões da Europa. Exemplo disso foram protestos encabeçados por mulheres cartistas e socialistas na Inglaterra e França. Enquanto as primeiras reivindicaram a inclusão do sufrágio feminino na Carta do Povo<sup>20</sup>, as francesas protestaram contra a exclusão de mulheres do sufrágio universal proclamado pelo Governo Provisório instalado pela Revolução Francesa de 1848<sup>21</sup>.

Nos Estados Unidos, Elizabeth Cady Stanton, inspirada pelas cartistas<sup>22</sup> e pela luta abolicionista, organizou a Convenção de Seneca Falls em julho de 1848. Nela, reuniram-se delegados e delegadas de vários estados do país. O objetivo da reunião foi reivindicar direito ao voto e à propriedade, além do ingresso ao ensino superior, para mulheres.

Apesar dessas manifestações, os homens socialistas e democratas relutaram em apoiar as demandas femininas. Eles se juntaram à opinião pública e aos conservadores, que enxergaram os movimentos femininos como ameaças à ordem vigente. Isso explica porque, durante a formação do Programa de Gotha<sup>23</sup>, em 1875, os social-democratas rejeitaram a proposta de Bebel de sufrágio e cidadania para “ambos os sexos” em nome de uma vaga resolução que exigia o sufrágio para “cidadãos com mais de 20 anos” (DU BOIS, 1998, p. 255).

Depois de 1848, em reprimenda aos protestos por direitos civis, iniciou-se um período de perseguição política ferrenha às mulheres. Na Alemanha e na França, por exemplo, elas foram proibidas de se reunir em quaisquer organizações de caráter político. A demanda por esses direitos, na Europa, ficou restrita a pequenos grupos que, por seu tamanho, conseguiam burlar as leis vigentes.

Isso abriu o caminho para que, entre os anos de 1870 e 1880, o movimento sufragista sofresse uma guinada conservadora. Segundo Käppeli (2003, p. 741), as mulheres de classe média, ao serem excluídas do sufrágio, criaram formas alternativas de se expressar publicamente. Reuniões, banquetes e eventos beneficentes, aos poucos, passaram a conectar

<sup>20</sup> Na Carta do Povo, redigida e entregue ao Parlamento britânico em 1848, estava um conjunto de reformas solicitado pelos trabalhadores. Entre as reivindicações, estavam melhores condições de trabalho e o sufrágio universal masculino. Os trabalhadores e trabalhadoras que participaram do movimento foram chamados de cartistas.

<sup>21</sup> No contexto das revoluções de 1848, a França foi palco de revoltas que levaram à queda da monarquia de Luís Felipe I e a formação da Segunda República.

<sup>22</sup> Stanton viajou para a Inglaterra em 1840 e acompanhou de perto o movimento cartista e as mulheres que, no interior dele, buscaram reivindicar direitos civis (DU BOIS, 1998, p. 254).

<sup>23</sup> Programa partidário adotado pelo Partido Social-Democrata da Alemanha quando de seu nascimento, em 1875.

mulheres a nível nacional e internacional. Nesses espaços, os direitos femininos se tornaram tema recorrente e o sufrágio foi eleito como principal demanda. Exemplo dessa centralidade é a criação do *International Council of Women*<sup>24</sup> e da *International Woman Suffrage Alliance*<sup>25</sup>.

Para Du Bois (1998, p. 262), o impulso inicial para a formação de um movimento socialista de mulheres foi a necessidade de combater as investidas de organizações feministas não-socialistas, como as mencionadas acima, em direção às mulheres trabalhadoras. Essa competição pode explicar, em partes, a hostilidade das mulheres socialistas ao feminismo não-socialista, que analisaremos na segunda seção do capítulo.

O fato é que, a partir de 1890, um movimento radical por direitos femininos começou a se desenvolver dentro do socialismo internacional, sendo a igualdade política uma de suas demandas mais importantes (DU BOIS, 1998, p. 258). Isso pode ser explicado por dois fatores. De um lado, uma grande força de trabalho assalariado feminino se desenvolveu a partir da segunda metade do século XIX. A independência econômica permitiu que as mulheres atuassem de forma mais frequente no espaço público, o que facilitou a vazão de demandas por melhores condições de vida, bem como a formação de vínculos e grupos militantes. Ao mesmo tempo, no ano anterior, a Segunda Internacional Socialista foi formada. A partir dela, partidos socialistas e operários voltaram a se reunir periodicamente em congressos por toda a Europa. Isso permitiu que pequenos movimentos nacionais de mulheres socialistas, como os que se desenvolviam na Alemanha, Estados Unidos e Áustria, formassem redes de intercâmbio. Surgiram, então, vínculos entre militantes e espaços de colaboração – como jornais, manifestos e conferências.

Essas redes possibilitaram que, nas décadas de 1900 e 1910, fosse forjada uma associação internacional e semi-autônoma de mulheres socialistas, comandada por Clara Zetkin, do Partido Social-Democrata da Alemanha. No contexto da Segunda Internacional, essas mulheres formularam um programa de emancipação feminina a partir da conexão entre trabalho e gênero. Nele, os direitos sociais, como o sufrágio, foram pensados a partir da realidade de mulheres trabalhadoras.

---

<sup>24</sup> Fundada em 1888, nos Estados Unidos, foi uma organização para a promoção dos direitos femininos. Seus congressos contaram com a presença de delegações de vários países, como Inglaterra, França, Dinamarca, etc. Isso foi resultado de uma política de estímulos à criação de Conselhos Nacionais estimulada pela organização.

<sup>25</sup> Organização internacional fundada em 1904. Seu principal objetivo era a conquista de direitos femininos, sobretudo o sufrágio. Sua função era atuar como braço pró-sufragista do Conselho Internacional de Mulheres.

A partir dessa exposição, fica claro que se formaram, pelo menos, duas redes de ativismo distintas. Nelas, estavam presentes diferentes concepções de igualdade de gênero e, conseqüentemente, diferentes noções de feminismo<sup>26</sup>.

Entretanto, para a historiadora Françoise Thébaud (1993), o internacionalismo foi uma característica comum ao feminismo do início do século XX. Entre redes de ativismo, vínculos de amizade e associações de promoção feminina, foi criado um movimento global em nome dos direitos femininos. Até o início da Primeira Guerra Mundial, em 1914, socialistas e não-socialistas foram movidas pela reivindicação do voto feminino e por um interesse crescente relacionado às questões da maternidade. A guerra, contudo, foi responsável por transformar as colaborações internacionais, quando não as destruiu. Thébaud identifica, a partir desse período, o nascimento de um feminismo nacionalista, focado no serviço à nação e na promoção da paz internacional.

Ao analisar a mobilização feminina na década anterior, a historiadora afirma que 1914 poderia ter sido o ano do feminismo, mas foi o da guerra. No plano simbólico, mais do que impulsionar o ingresso de mulheres na indústria bélica durante o conflito, a Primeira Guerra Mundial redefiniu o modo como as mulheres eram vistas.

Se, por força da necessidade, o início da guerra eliminou as barreiras entre trabalhos femininos e masculinos, ao fim do conflito, as mulheres voltaram aos postos de trabalho não-qualificados ou aos serviços domésticos. A guerra, nessa medida, despertou os mitos da mulher salvadora e mantenedora da paz mais do que comprovou as capacidades femininas. Há, a partir de 1918, um “retorno à normalidade” (1993, p. 44) e aos papéis maternos, o que, na década seguinte, influenciou diretamente a luta por direitos femininos e sua radicalidade.

### 3.2 “UNEQUAL INTERNATIONAL INTERACTIONS”<sup>27</sup>: MULHERES SOCIALISTAS E A REIVINDICAÇÃO DE DIREITOS FEMININOS

Feito um panorama das relações entre movimentos por direitos femininos no século XX, nesta seção, dedicaremos essa seção à análise das interações que as mulheres socialistas

<sup>26</sup> Esse é o argumento usado tanto por Glaucia Fraccaro quanto por Susan Zimmerman ao estudar a relação entre feminismo e leis do trabalho no início do século XX. Ver: ZIMMERMANN, Susan. Night work for night women and bonded labour for women of colour? In \_\_\_\_\_. Kimble, S; ROWEKAMP, M. (org.). **New perspectives on European Women’s Legal History**. New York: Routledge, 2014. FRACCARO, Glaucia. **Os direitos das mulheres: feminismo e trabalho no Brasil (1917-1937)**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2018, 223 p.

<sup>27</sup> Aqui, faço referência a um capítulo publicado pela historiadora Susan Zimmermann no livro **Gender in a transnational perspective**, organizado por Oliver Janz e Daniel Schönplflug e publicado em 2014. O título do capítulo é “A struggle over gender, class and vote: unequal international interactions and the formation of the “Female International” of Socialist Women (1905-1907).

traçaram com organizações de promoção feminina não-socialistas, com os partidos socialistas e com a Segunda Internacional. A partir das fontes, argumentamos que as mulheres socialistas forjaram um novo parâmetro para o debate socialista a partir da situação dialética que se encontraram ao combinar classe e gênero, antes domínios independentes, em uma proposta de emancipação da mulher trabalhadora.

Em 1904, Rosa Luxemburgo publicou um artigo intitulado “Senhoras e Mulheres”<sup>28</sup> no número 48 da *Gazeta Ludowa*. Esta era uma revista de caráter revolucionário, financiada e editada pela social-democracia alemã. Seu público eram operários da região da Grande Polônia, onde a *Gazeta* foi publicada entre 1902 e 1904.

No texto, Rosa se dedicou a analisar a história e os objetivos do movimento feminista. Seu interesse no tema é justificado pela ocorrência, naquele mesmo período, do Congresso Internacional de Mulheres em Berlim. Organizado pelo Conselho Feminino da Alemanha, ele contava com a presença de militantes dos direitos das mulheres da Europa e Estados Unidos, sobretudo ligadas à luta pelo sufrágio.

Primeiro, é preciso se atentar para o fato de que movimento feminista, para a autora, era sinônimo de militância burguesa. Suas críticas não foram direcionadas à formação de movimentos de mulheres ou às reivindicações por direitos civis femininos. Nas fontes, quando Luxemburgo e outras socialistas mencionam um “feminismo de classe média” ou um “feminismo burguês”, não é possível afirmar a quem elas se referiam em específico. Isso porque, como vimos, o movimento feminista da época não poderia ser confinado entre liberal e socialista. Pelo contrário, grupos feministas formularam diferentes concepções de igualdade de gênero e de feminismo – que, por vezes, entraram em conflito, como esse caso mostra.

A crítica de Luxemburgo se situava na medida em que ela considerava que as aspirações do movimento feminista não-socialista estavam ligadas à emancipação feminina, mas não a causas sociais mais amplas – como a emancipação operária, por exemplo. Em sua organização, estavam mulheres “que não consegu[iam] compreender minimamente a conexão entre a situação das mulheres na sociedade atual e as condições sociais gerais”, que se sentiam entediadas ao interpretar o papel de “boneca ou cozinheira do marido” e que buscavam espaços de atuação para preencher “o vazio de sua vida e de sua mente”.

Esse comportamento passivo das burguesas em relação às questões sociais explicava, segundo Rosa, a relativa aceitação que o movimento feminista recebia, naquele momento, do poder público e da imprensa:

---

<sup>28</sup> LUXEMBURGO, Rosa. Senhoras e Mulheres. *Gazeta Ludowa*, n. 48, 16 de junho de 1904, p. 1. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/luxemburgo/1904/06/16.htm>>. Acesso em: 23/06/2022.

Elas [as participantes do Congresso] proclamam bem alto o princípio da igualdade política entre mulher e homem, um princípio cuja realização significaria pôr a ordem burguesa de ponta-cabeça, ou seja, derrubá-la, mas a burguesia se curva gentilmente diante das senhoras barulhentas, pois sabe muito bem qual é o jogo de todo esse movimento de mulheres.

O jogo, para Rosa, envolvia a conquista imediata de direitos políticos e sociais para mulheres da classe média, mas não uma revolução cujo objetivo seria mudar a ordem social estabelecida. Contudo, segundo Rosa, o feminismo nem sempre teve esse caráter conformista. Quando do nascimento do movimento, nos Estados Unidos, as mulheres feministas lutaram por seus direitos e em prol da libertação dos escravizados. Nesse contexto, o feminismo

(...) era permeado pela convicção de que a causa da mulher estava estreitamente ligada à questão da mudança social em geral, de que a mulher não deveria lutar apenas por seus próprios direitos e liberdade, mas também pela igualdade e fraternidade entre todos os seres humanos, pela abolição da desigualdade e de toda injustiça social.

No trecho acima, fica claro que o problema, para Rosa, não estava no movimento feminista em si ou a luta pela emancipação feminina, mas a pequena atenção que as feministas não-socialistas destinavam à questão de classes e à mudança da ordem social.

Rosa também afirma que o capitalismo já havia estabelecido a igualdade de direitos entre homens e mulheres operários, atravessados pela miséria e exploração. Nesse sentido, as pautas desse movimento feminista, como o sufrágio limitado à propriedade, distanciavam-se da realidade das mulheres pobres, cuja sobrevivência dependia do trabalho insalubre e mal-remunerado nas fábricas.

Na interpretação de Luxemburgo, apenas os movimentos sindical e socialista, ao incorporarem as mulheres e proporem uma mudança social geral, seriam responsáveis por emancipar a mulher trabalhadora, visto que “(...) assim que a classe trabalhadora vitoriosa tiver eliminado a exploração e a repressão dos seres humanos por outros seres humanos, também a longa dominação do sexo masculino sobre o da mulher chegará ao fim”. Nesse sentido, na esteira de teóricos socialistas como Marx e Engels, Rosa enxergava a emancipação feminina como consequência da construção de uma sociedade socialista. A gênese das opressões de gênero estava associada, na teoria marxista, ao nascimento da propriedade privada.

Se o futuro prometia a emancipação, isso não significava que, no presente, as mulheres não precisassem se aproximar do socialismo para construir a revolução. Pelo contrário, era necessário que elas incorporassem suas fileiras, lado a lado dos operários. Por isso, ao longo de toda a década de 1910, observamos uma preocupação com o aumento da sindicalização e filiação de mulheres trabalhadoras a partidos revolucionários.

Quem fez uma compilação desse tema foi Clara Zetkin no texto intitulado “German Socialist Women's Movement”<sup>29</sup>, publicado no jornal *Justiça*, em outubro de 1909. Segundo ela, o Partido Social-Democrata da Alemanha passou de cerca de 30 mil mulheres-membros em 1907 para 62 mil em 1908. Isso era resultado, para ela, do aumento da propaganda socialista na direção das mulheres trabalhadoras e do fim da lei imperial que proibia mulheres de participarem de reuniões políticas.

As propagandas eram um tema de especial interesse entre as mulheres socialistas. Poderiam ser folhetos, espaços de formação ou jornais, mas tinham um objetivo semelhante: distribuir orientações teórico-práticas entre as mulheres trabalhadoras. O maior exemplar desse propósito talvez tenha sido o jornal *A Igualdade* – em alemão, *Die Gleichheit* – que, distribuído desde 1892, tornou-se órgão oficial das Mulheres Socialistas em 1907, quando ocorreu a Primeira Conferência Internacional das Mulheres Socialistas. No ano de 1908, o jornal produziu 73 mil cópias, de acordo com Zetkin.

Essas propagandas foram pensadas dentro do gabinete oficial das Mulheres Socialistas e dos gabinetes específicos, criados por elas, dentro dos partidos. Os temas variavam, mas em geral estavam ligados ao trabalho assalariado, ao sufrágio universal e a proteção social das grávidas e das crianças.

Tais assuntos eram discutidos de acordo com as teorias e princípios socialistas. Assim como Rosa Luxemburgo, Clara Zetkin acreditava que a luta das mulheres por emancipação estava conectada à evolução geral da sociedade. Isto é, acreditava que “a emancipação humana integral de todas as mulheres dependia da emancipação social do trabalho, que só poderia ser realizada pela classe trabalhadora explorada” (tradução nossa)<sup>30</sup>.

Nessa linha de argumentação, produzia-se a crítica ao feminismo não-socialista. Assim como no artigo de Rosa, aqui, o feminismo foi associado à classe média. Clara não acreditava na existência de um movimento politicamente neutro em busca exclusivamente dos direitos femininos. Para ela, os antagonismos de classe eram maiores e mais decisivos do que os de sexo. Dessa forma, a emancipação feminina seria resultado de um movimento operário que, sem diferenciação de sexo entre seus membros, lutaria contra todas as formas de subordinação e exploração, não apenas a feminina.

De forma bastante perspicaz, Clara afirma que isso não significava que as mulheres socialistas não eram favoráveis à emancipação política do sexo feminino. Pelo contrário, ela e

<sup>29</sup> ZETKIN, Clara. German Socialist Women's Movement. *Justice*. 9 de outubro de 1909, p. 7. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/zetkin/1909/10/09.htm>>. Acesso em: 24/06/2022.

<sup>30</sup> Em inglês: “(...) the integral human emancipation of all women depends in consequence on the social emancipation of labor; that can only be realized by the class-war of the exploited majority”.

suas camaradas lutavam pelo sufrágio, por exemplo. A diferença residia no propósito dos movimentos socialistas e não-socialistas.

As socialistas não acreditavam que o voto era a conquista final, mas um meio para fazer avançar a luta revolucionária. Somente participando da esfera pública, as mulheres trabalhadoras poderiam se engajar em partidos, sindicatos e comitês, engrossando as fileiras da revolução. Enquanto isso, aquelas que chamavam de feministas – as não-socialistas –, preocupavam-se com a diminuição das desigualdades de gênero apenas, visando na participação política imediata sua principal conquista.

Contudo, podemos nos questionar o que essa afirmação pode sugerir a respeito da relação entre socialismo e feminismo no período. Rosa Luxemburgo e Clara Zetkin, ao criticarem o feminismo não-socialista, defenderam a importância da emancipação feminina para a revolução socialista. Mas, ao que tudo indica, seus companheiros de partido não viam na emancipação das mulheres a mesma centralidade que Zetkin e Luxemburgo. Quem nos ajuda a desvendar essa questão é Alexandra Kollontai que, em 1913, escreveu um artigo intitulado “Dia das Mulheres”<sup>31</sup> para o *Pravda*, um jornal de São Petersburgo.

Nas primeiras linhas do texto, Kollontai coloca as seguintes questões: “o que é o Dia da Mulher? É realmente necessário? Não é uma concessão às mulheres da classe burguesa, às feministas e sufragistas? Não é prejudicial à unidade do movimento operário?” (tradução nossa)<sup>32</sup> Essas perguntas cercaram a atuação do movimento operário russo em 1913, mas, nos anos anteriores, circularam por todos os partidos socialistas europeus.

Para Kollontai, o ingresso das mulheres no mundo do trabalho permitiu que elas se tornassem, assim como seus pais e maridos, exploradas pelo capitalismo. Essa condição as tornava potenciais aliadas do socialismo na luta contra o capital. Para isso, era necessário que as mulheres trabalhadoras fossem estimuladas e conscientizadas a respeito de sua situação de opressão. Para Alexandra, o trabalho doméstico, a reclusão em casa e a falta de direitos das mulheres as afastou do socialismo e das lutas operárias. Por isso, a necessidade de serem criadas propagandas com métodos especiais – linguagem, *design*, estratégias de distribuição, etc.

Além disso, era necessário que os partidos examinassem questões que afetassem as mulheres trabalhadoras em sua especificidade. Para Alexandra, “a mulher é oprimida não

---

<sup>31</sup> KOLLONTAI, Alexandra. Women’s Day. *Pravda*. São Petersburgo, n. 40. 17 de fevereiro de 1913. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/kollonta/1913/womens-day.htm>>. Acesso em: 24/06/2022. A tradução para o inglês foi retirada do livro **Alexandra Kollontai: Selected Articles and Speeches**, publicado em 1984.

<sup>32</sup> Em inglês: “What is 'Women's Day'? Is it really necessary? Is it not a concession to the women of the bourgeois class, to the feminists and suffragettes? Is it not harmful to the unity of the workers' movement?”.

apenas como vendedora de seu trabalho, mas também como mãe, como mulher...” (tradução nossa)<sup>33</sup>. Nessa dupla opressão da mulher trabalhadora, residia o dever dos partidos socialistas de lutar por proteção e provisão para mulheres grávidas e lactantes, pela regulamentação legislativa do trabalho feminino e pelo sufrágio, assim como criar campanhas contra a prostituição, mortalidade infantil e a carestia de vida – temas que afetavam diferentemente as vivências das mulheres trabalhadoras. Essa justificativa fica claro no excerto abaixo:

Assim, como membros do partido, as mulheres trabalhadoras lutam pela causa comum da classe, ao mesmo tempo em que delineiam e apresentam as necessidades e demandas que mais afetam a si mesmas como mulheres, donas de casa e mães. (...) As reivindicações das mulheres trabalhadoras são parte integrante da causa comum dos trabalhadores! (tradução nossa)<sup>34</sup>

Preocupadas com a falta de direitos de seu sexo, as mulheres socialistas e trabalhadoras russas organizaram, em março de 1913, o “Dia da Mulher”. O artigo de Alexandra Kollontai foi publicado uma semana antes do evento ocorrer e, além de um esforço de propaganda, revela como a data foi alvo de contendas entre os socialistas.

A princípio, o Dia da Mulher foi considerado uma concessão ao feminismo burguês. Além disso, questionava-se a necessidade de um dia especial para mulheres, assim como de propagandas, conferências e departamentos específicos para elas. Para Alexandra, as críticas eram levantadas por aqueles que não conheciam “a diferença radical entre o movimento das mulheres socialistas e as sufragistas burguesas”. A autora dedicou-se, então, a percorrer, no espaço do artigo, essa distinção.

Em primeiro lugar, as feministas não-socialistas, para Alexandra, buscavam obter as mesmas vantagens e poderes que seus pares de classe – aqui, ela se referiu aos privilégios burgueses. As mulheres trabalhadoras, enquanto isso, pretendiam destruir todos os privilégios de classe, de modo a construir uma sociedade mais justa. Um segundo ponto é o fato de as feministas não-socialistas exigirem direitos iguais. As trabalhadoras, na concepção de Kollontai, vão além dessas reivindicações ao exigir cidadania a homens e mulheres, lutando, inclusive, pela proteção da infância. Por fim, as feministas não-socialistas, para ela, lutavam por direitos políticos para se inserir na democracia burguesa, enquanto as trabalhadoras exigiam semelhantes direitos com o intuito de construir uma sociedade comunista.

<sup>33</sup> Em inglês: “The workers did not immediately appreciate that in this world of lack of rights and exploitation, the woman is oppressed not only as a seller of her labor, but also as a mother, as a woman...”

<sup>34</sup> Em inglês: “Thus, as members of the party, women workers are fighting for the common class cause, while at the same time outlining and putting forward those needs and demands that most nearly affect themselves as women, housewives and mothers. The party supports these demands and fights for them... The requirements of working women are part and parcel of the common workers' cause!”

Assim como em Rosa e Clara, vemos no texto de Alexandra uma associação entre feminismo e classe média. Diante disso, Alexandra expunha que havia “uma contradição muito grande entre os interesses da operária e da dona proprietária, entre a criada e sua patroa” e que, por isso, não existiam – ou mesmo deveriam existir – “pontos de contato, conciliação ou convergência” com movimentos não-socialistas.

Por conta disso, os trabalhadores e socialistas não deveriam se preocupar com uma divisão do movimento operário em decorrência da questão da mulher. Pelo contrário, para Kollontai,

Cada forma especial e distinta de trabalho entre as mulheres da classe trabalhadora é simplesmente um meio de despertar a consciência da mulher trabalhadora e arrastá-la para as fileiras daqueles que lutam por um futuro melhor... Dias da Mulher e o trabalho lento e meticuloso empreendidos para despertar a autoconsciência da mulher trabalhadora estão servindo à causa não da divisão, mas da unificação da classe trabalhadora (tradução nossa)<sup>35</sup>.

Desse texto, surgem importantes questões. Nota-se que o movimento de mulheres trabalhadoras, e sua aproximação com determinadas pautas do feminismo, gerava tensão entre os partidos socialistas e os operários. As trabalhadoras foram acusadas de se aliar às burguesas e de provocar uma divisão no movimento socialista.

A essas duas críticas, elas responderam com uma diferenciação entre os objetivos de sua militância e os propósitos dos movimentos não-socialistas. Quando comparamos esse discurso com o de Rosa Luxemburgo e Clara Zetkin, analisados anteriormente, destacam-se algumas semelhanças. Primeiramente, as três acusavam o feminismo não-socialista de ter se constituído como um movimento majoritariamente burguês, apenas preocupado com os privilégios de classe. Seguindo essa linha argumentativa, posicionaram-se ao lado das mulheres trabalhadoras e abordaram o feminismo como um movimento passível de transformação, tão importante para as mulheres em geral quanto para a construção do socialismo. Por fim, elas atentaram para a necessidade de uma luta simultânea pela emancipação feminina e emancipação operária, visto que apenas a união dos trabalhadores levaria à revolução. Dessa forma, salientaram que sua batalha pelos direitos das mulheres não as impedia de servir à causa comum da classe trabalhadora.

Da defesa que faziam de uma propaganda socialista específica para mulheres trabalhadoras, sublinhamos uma preocupação com o despertar da consciência política. Para as

---

<sup>35</sup> Em inglês: “Every special, distinct form of work among the women of the working class is simply a means of arousing the consciousness of the woman worker and drawing her into the ranks of those fighting for a better future... Women's Days and the slow, meticulous work undertaken to arouse the self-consciousness of the woman worker are serving the cause not of the division but of the unification of the working class”.

socialistas, para convocar as trabalhadoras para a luta, era necessário, além de uma abordagem específica nas propagandas, trabalhar temas que refletissem a experiência feminina.

Quem nos apresenta outras informações relevantes sobre o tema é Rosa Luxemburgo no texto “A proletária”<sup>36</sup>, publicado em 1914, no número 27 do *Sozialdemokratische Korrespondenz*. A publicação, como o nome deixa claro, era ligada à social-democracia alemã. Sua redação aproxima-se bastante de um panfleto, na medida em que incorpora uma escrita argumentativa e rica de elementos persuasivos, cujo objetivo é convencer o leitor a se aproximar das causas operária e feminina.

O texto de Luxemburgo foi escrito em razão da Semana Vermelha, um evento organizado pelo Partido Social-Democrata da Alemanha durante a semana do Dia da Mulher do ano de 1914. Houve bastante agitação na imprensa social-democrata, sendo “A Proletária” um dos artigos publicados na ocasião. Nele, destacamos o seguinte argumento:

(...) Desde que existe a propriedade privada, na maioria das vezes, a mulher do povo trabalhava separada da grande oficina da produção social, ou seja, separada também da cultura, encurralada na estreiteza doméstica de uma pobre existência familiar. Foi apenas o capitalismo que a arrancou da sua família e a colocou sob o fardo da produção social (...).

Fica claro que, para as socialistas, as produções social e econômica eram correspondentes. Dessa forma, o trabalho doméstico e de cuidados era relegado a uma posição secundária, pouco produtiva e cercada pela ignorância. Nossa hipótese é de que, na visão das socialistas, o trabalho doméstico e a reclusão junto à família eram responsáveis por afastar as mulheres dos temas políticos. Foi o capitalismo, ao usar as mulheres como força de trabalho nas fábricas, que as deslocou para a esfera pública e, conseqüentemente, colocou-as em contato com o movimento operário e as questões sociais que ele abarcava. Contudo, além do ingresso recente nas indústrias, as mulheres tinham sua participação limitada por leis que coíbiavam suas participação política<sup>37</sup> ou pela duplicidade de suas jornadas de trabalho – além do trabalho fabril, eram responsáveis pelas tarefas domésticas. Por isso, a necessidade de propagandas específicas para recrutá-las para o socialismo.

Em argumento semelhante, estava uma diferenciação bastante interessante que Rosa fez entre a mulher burguesa e a mulher trabalhadora, bem como entre seus movimentos. A

<sup>36</sup> LUXEMBURGO, Rosa. A proletária. *Sozialdemokratische Korrespondenz*, n. 27, 5 de março de 1914. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/luxemburgo/1914/03/05.htm>>. Acesso em: 24/06/2022.

<sup>37</sup> Como vimos, Du Bois (1998, p. 255) afirma que, a partir de 1848, as mulheres foram particularmente perseguidas, sobretudo por suas atividades políticas. Exemplo disso é que, na Alemanha, entre 1850 e 1908, as mulheres não podiam fazer parte de qualquer organização de natureza política. Já na França, a proibição durou até 1870.

primeira seria “uma parasita da sociedade, sua função consiste apenas em auxiliar no consumo dos frutos da exploração”. Se pequena-burguesa, ela seria o “animal de carga da família”. Por sua vez, “apenas na proletária moderna que a mulher se torna um ser humano, pois é apenas a luta que produz o ser humano, a participação no trabalho cultural, na história da humanidade”.

Novamente, nota-se a importância dos conceitos de produção e reprodução para a formulação política de Rosa. Como as burguesas não exerciam função econômica na sociedade, Rosa acreditava que os movimentos feministas não-socialistas, do qual a maioria delas fazia parte, eram uma ideologia sem raízes materiais fundada na oposição entre homens e mulheres, o que ela considerava uma “esquisitice”. Em contrapartida, o movimento de mulheres socialistas estava enraizado nas questões de classe, sobretudo na oposição capital-trabalho.

Desde o início do capítulo, preocupamo-nos em discutir como as socialistas se relacionaram com movimentos de mulheres não-socialistas. Em todos os textos analisados, pudemos observar quais argumentos foram utilizados pelas socialistas para se distanciar do feminismo não-socialista, entendido como um movimento formado pela classe média emergente. Em suma, parecia uma questão de objetivos. As trabalhadoras e socialistas pretendiam conquistar direitos políticos para compor a revolução socialista e pôr fim às opressões de classe. Em contrapartida, elas acusavam as feministas não-socialistas de se preocuparem apenas com as emancipação de seu sexo.

Podemos supor também que, como afirma Du Bois (1998, p. 262), o movimento socialista de mulheres observou as investidas de organizações feministas não-socialistas em direção às mulheres trabalhadoras com cautela. A preocupação crescente com a colaboração entre operárias e não-socialistas pode ter contribuído para a hostilidade – bastante clara na política de não-colaboração entre os dois movimentos que Kollontai defendeu – das mulheres socialistas ao feminismo burguês. Ao mesmo tempo, podemos nos questionar o quanto essa oposição não era uma estratégia para afastar as críticas dos camaradas socialistas que insistiam em colocar a questão das mulheres em segundo plano, taxando-as de burguesas.

Acreditamos, enfim, que as mulheres socialistas definiram seu movimento a partir dessas diferenciações. Opondo-se ao feminismo não-socialista, mas não satisfeitas com as políticas socialistas para as trabalhadoras, elas forjaram novos parâmetros – cuja base era a interação entre classe e gênero – para o debate socialista e do feminismo.

Além disso, compreendemos, a partir das fontes, que os movimentos feministas não-socialistas, frequentemente tematizados quando se estuda o início do século

XX, conviveram com outros movimentos pela emancipação feminina, cujos preceitos teóricos e métodos eram diferentes e, por vezes, até mesmo conflitantes. Dessa forma, torna-se nítido que o feminismo não foi um movimento homogêneo em sua gênese, mas que precisou conviver e disputar com outras formas de militância.

## **4 SUFRÁGIO, TRABALHO E MATERNIDADE NO MOVIMENTO INTERNACIONAL DE MULHERES SOCIALISTAS**

Esse capítulo pretende explorar as mudanças sociais propostas pelo movimento de mulheres socialistas. Ao utilizar as Conferências Internacionais das Mulheres Socialistas como fontes, procuramos identificar quais temas se destacaram em sua proposta de emancipação das mulheres trabalhadoras. Dessa forma, analisamos como, por meio de consensos e debates internacionais, esse projeto foi construído. Na medida em que observamos que as mulheres trabalhadoras foram as principais personagens da emancipação, focamos especialmente no modo como a legislação sobre o trabalho e a proteção social entraram nesse debate.

Feita essa análise, dedicamo-nos, na segunda metade do capítulo, a estudar algumas das repercussões que as reivindicações movidas pelas socialistas obtiveram após o fim da Primeira Guerra Mundial, em 1918. Propomos, a partir desse estudo, que as lutas e articulações do movimento de mulheres socialistas foram fundamentais para que, em 1919, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) propusesse uma legislação trabalhista específica para as mulheres, com foco na proteção à maternidade.

### **4.1 O MOVIMENTO INTERNACIONAL DE MULHERES SOCIALISTAS E OS DIREITOS FEMININOS**

As Conferências Internacionais das Mulheres Socialistas foram os primeiros eventos em que ativistas e pensadoras se reuniram para discutir a condição da mulher através de uma perspectiva socialista. Foram, na década de 1910, três conferências: 1907, em Stuttgart, na Alemanha; 1910, em Copenhague, na Dinamarca; e 1915, em Berna, na Suíça. Delas, participaram militantes socialistas de diferentes posições, como sindicalistas, jornalistas e escritoras (FRENCIA; GAIDO, 2016, p. 80). Essas mulheres haviam nascido em diferentes regiões da Europa e dos Estados Unidos, mas estavam ligadas pelo movimento da Segunda Internacional Socialista, cujos congressos e reuniões aconteciam periodicamente. Nesses eventos, socialistas puderam criar vínculos e, posteriormente, redes de ativismo por toda a Europa e Estados Unidos. A maior evidência dessa conexão é, sem dúvidas, a existência de conferências compostas exclusivamente por mulheres socialistas.

Como mencionado anteriormente, este estudo se dedica a apenas duas das Conferências: a de 1907 e a de 1910. Esse recorte é consequência da ausência de fontes digitalizadas sobre o tema. Somente as Conferências de 1907 e 1910 possuem pautas e atas digitalizadas em língua inglesa. O evento de 1915, que ocorreu em Berna, conta com poucos documentos digitalizados, todos em língua alemã.

A partir dos registros, extrai-se muito pouco sobre as personagens que participaram de ambos os eventos. As atas mencionam 59 delegadas, somando 15 nacionalidades, em 1907 e cerca de 100 mulheres de 17 países em 1910. Observa-se uma primazia de europeias, com uma presença pouco significativa de estadunidenses. Latinas, africanas e asiáticas não assumiram postos de delegadas em nenhuma das Conferências<sup>38</sup>.

Apoiadas no senso de coletividade, essas mulheres não falavam como indivíduos, mas assinavam as pautas e atas como integrantes de grupos e ligas de mulheres. Estiveram presentes As Mulheres Socialistas da Alemanha, a Liga de Mulheres Trabalhadoras da Inglaterra e várias outras organizações. Isso mostra que existiram movimentos de mulheres locais que, inspirados pela ocasião da Segunda Internacional, uniram-se em torno de uma proposta internacional de emancipação da mulher trabalhadora. Outrossim, reflete o nível de organização e institucionalização do movimento de mulheres socialistas a nível internacional. Em contrapartida, no caso de pesquisas, torna-se difícil identificar os nomes das participantes, por exemplo.

Sabemos, por meio das monções e de comentários<sup>39</sup> publicados após as Conferências, que Clara Zetkin, Rosa Luxemburgo e Alexandra Kollontai estiveram presentes nas Conferências de 1907 e 1910. Além disso, elas obtiveram certo protagonismo, na medida em que representaram, respectivamente, as mulheres da social-democracia alemã e as mulheres russas.

As pautas discutidas nesses eventos, assim como suas resoluções, dizem-nos muito sobre o movimento de mulheres socialistas, visto que, nelas, estão dispostos os objetivos e os métodos do grupo. Na Primeira Conferência das Mulheres Socialistas<sup>40</sup>, que ocorreu no dia 17 de agosto de 1907, em Stuttgart, a agenda foi dividida em três momentos: 1. relatórios dos

<sup>38</sup> Interessante também notar que, embora em um contexto de crise do Imperialismo, não foi encontrada nenhuma menção ao tema nas Conferências. Isso deixa claro como o movimento foi construído por e para mulheres localizadas no norte global.

<sup>39</sup> Aqui, referimo-nos aos comentários escritos por Alexandra Kollontai a respeito das Conferências Internacionais das Mulheres Socialistas de 1907 e 1910. Ele foram publicados pela primeira vez no livro **Alexandra Kollontai: Selected Articles and Speeches**, de 1984, e estão disponíveis online em: <<https://www.marxists.org/archive/kollonta/1907/is-conferences.htm>>. Acesso em: 24/06/2022.

<sup>40</sup> A agenda e as resoluções da Conferência foram disponibilizadas em versão PDF pelo Arquivo online da Biblioteca Friedrich-Ebert-Stiftung. Estão disponíveis em: <[http://library.fes.de/cgi-bin/populo/zweiint.pl?f\\_ABC=f&t\\_showen=x](http://library.fes.de/cgi-bin/populo/zweiint.pl?f_ABC=f&t_showen=x)> Acesso em: 24/06/2022.

movimentos de mulheres socialistas de diferentes países; 2. alternativas para estabelecer uma comunicação regular entre os grupos organizados em diferentes países; e 3. o sufrágio feminino.

Fica claro, então, que comunicação internacional e direitos políticos foram dois temas chaves da Conferência de 1907. Durante as décadas de 1900 e 1910, o sufrágio parece ter sido um tema de especial interesse, tanto entre socialistas quanto entre não-socialistas.

Para as socialistas, a demanda pelo sufrágio feminino era consequência direta da transformação social e econômica provocada pelo capitalismo, sobretudo após o ingresso massivo de mulheres na indústria. Segundo o argumento socialista, por serem atuantes na esfera econômica produtiva, as mulheres trabalhadoras tinham o direito de participar legalmente da política institucional. Além disso, a conquista de direitos políticos era considerada um importante passo para a construção da revolução socialista na medida em que poderia inserir, definitivamente, as mulheres nos círculos políticos operários.

Contudo, essa posição comum não eliminou debates entre as socialistas quanto às táticas dos partidos para a conquista do voto feminino. Na Áustria, por exemplo, a social-democracia se concentrou, durante a década de 1900, apenas no sufrágio universal masculino. Para justificar essa posição, Adelhei Popp<sup>41</sup>, durante a Conferência Geral do Partido, em 1905, afirmou que aquele não era o melhor momento para colocar a luta por igualdade de direitos em primeiro plano (ZIMMERMANN, 2014, p. 103).

Além das discordâncias internas, as socialistas precisaram disputar espaço com projetos não-socialistas pelo sufrágio feminino. Existia, nesse contexto, uma grande campanha sufragista encabeçada pela *International Woman Suffrage Alliance* (IWSA). A organização optou por priorizar a igualdade entre sexos em detrimento das questões de classe. Nesse sentido, suas militantes lutaram pela extensão dos direitos de voto nos mesmos termos em que o sufrágio foi estabelecido para os homens. Na maioria dos países, contudo, essa tática abriu espaço para uma campanha por sufrágio limitado por condicionantes como renda, formação educacional, etc. (ZIMMERMANN, 2014, p. 104).

As socialistas visavam, entretanto, ao voto universal, sem restrições de classe. O discurso das Mulheres Socialistas da Alemanha durante a Conferência elucidada como as socialistas analisaram essas outras propostas. Elas afirmaram que, além dos antagonismos do sexo, as mulheres encontravam diferentes objetivos para o sufrágio de acordo com suas posições de classe. Dessa forma, as trabalhadoras estavam interessadas na emancipação social

---

<sup>41</sup> Adelhei Popp (1869-1939) foi uma socialista filiada à social-democracia austríaca. Também atuou na luta por direitos femininos, sobretudo por meio dos jornais.

do proletariado, desejando fazer uso de seus poderes políticos para lutar pela abolição das hierarquias de classe.

Com base nesse pressuposto, as socialistas decidiram se posicionar, a nível internacional, contra projetos limitados de sufrágio, exigindo sufrágio para todos os adultos, sem quaisquer condicionantes, como propriedade, pagamento de taxas ou diplomas escolares. Com essa declaração, as conferencistas se posicionaram contra campanhas unicamente em prol do sufrágio masculino, como aquelas protagonizadas pelo Partido Social-Democrata Operário da Áustria, e contra o sufrágio limitado proposto por feministas não-socialistas.

Posto isso, elas orientaram os membros dos partidos socialistas a introduzirem o tema do sufrágio feminino e, nos países em que o voto feminino já havia sido conquistado, a lutar por uma universalização do sufrágio.

A *Women's Labour League*, da Inglaterra, ao pedir direito à palavra, chamou atenção para outros dois pontos: a promoção da fraternidade internacional e assistência financeira para mães trabalhadoras. Sobre o primeiro, afirmavam que

As mulheres dos movimentos socialista e trabalhista, posicionando-se especialmente pela proteção da casa e da família e acreditando que os interesses de diferentes países são idênticos, e não antagônicos, aconselham que sejam envidados grandes esforços para difundir o espírito anti-militarista e promover a fraternidade internacional (tradução nossa)<sup>42</sup>.

A partir desse trecho, observamos que o projeto de emancipação das mulheres socialistas foi construído internacionalmente. Ainda que levando as especificidades nacionais em conta, as socialistas, inseridas no contexto da Segunda Internacional, preocuparam-se em criar um sentimento de unidade entre suas militantes, de modo a construir um movimento único e global. Para isso, tensões entre países, movidas pelo imperialismo e militarismo, deveriam ser combatidas<sup>43</sup>. Eram as lutas comuns da classe trabalhadora, isto é, a proteção da casa e da família operária, que tinham o potencial de reuni-los em torno da luta pela justiça social.

Em relação à proteção à maternidade e à infância, há uma breve menção à necessidade urgente de adotar políticas de assistência financeira a mães trabalhadoras durante o puerpério e na primeira infância de seus filhos. Nota-se aqui, pela primeira vez, uma preocupação com a

---

<sup>42</sup> Em inglês: “That the women of the Socialist and Labour movement, standing especially for the protection of home and family, and believing that the interest of the different countries are identical, and not antagonistic, urge that strong efforts should be made to spread anti-military feeling and to promote international fraternity”.

<sup>43</sup> Clara Zetkin, na qualidade de presidenta da Secretaria Internacional de Mulheres Socialistas, escreveu um artigo sobre o tema na revista *The Labor Woman*, em 1913. Nele, ela se aprofundou nas desavenças entre socialistas inglesas e alemãs. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/zetkin/1913/12/90.htm>>. Acesso em: 24/06/2022.

relação entre maternidade e trabalho. Essa discussão, contudo, ainda estava incipiente. Ela foi mais explorada a partir de 1910, quando ocorreu a Segunda Conferência Internacional das Mulheres Socialistas<sup>44</sup>.

Esse evento aconteceu em Copenhague, entre os dias 26 e 27 de agosto. Nota-se, nesse momento, um grupo de mulheres socialistas mais organizado e burocrático. Foram eleitas presidenta e vice-presidenta, além de secretárias e delegadas, para a Conferência. Para serem discutidas, as questões precisavam do apoio de, ao menos, dez delegadas. Via de regra, elas eram debatidas por cerca de 35 minutos – 25 minutos de apresentação e 10 minutos para debate. Apenas entravam para as resoluções do Congresso se fossem aprovadas pela maioria das delegadas. Dessa forma, sabemos que as resoluções, isto é, as propostas que entraram para as atas das Conferências, referem-se a temas com determinada unanimidade entre as socialistas. A partir do cruzamento de fontes, contudo, veremos que isso não significou que existiram apenas consensos entre elas. As disputas, pelo contrário, eram frequentes.

Em 1910, foram eleitos quatro temas principais: 1. Paz internacional; 2. organização e comunicação das Mulheres Socialistas; 3. Sufrágio universal; e 4. Proteção social e provisão para mães e crianças.

De 1907 para 1910, a preocupação com a internacionalização do movimento só aumentou. Para aproximar as relações entre socialistas de diferentes países, foi proposta a criação de um *International Office*, que concentraria as informações de organizações de mulheres trabalhadoras de todo o mundo. Além disso, decidiram pela criação de um jornal oficial e internacional, em que seriam veiculados não somente os relatórios das Conferências, mas discussões a respeito da “questão da mulher” e de sua importância para o movimento socialista.

A preocupação com o estabelecimento da paz entre as nações também é exemplo do internacionalismo que movia o movimento. O *British International Socialist Women's Bureau* e o *Women's Club Stockholm-South*, ambas associações inglesas, questionaram as presentes delegadas sobre o que elas, enquanto mulheres socialistas, poderiam fazer para manter a paz e combater o militarismo. Nota-se que, assim como entre os socialistas, fraternidade e solidariedade universal eram valores importantes entre as mulheres socialistas.

Essas questões também eram resultado de tensões políticas que se acumulavam na Europa. A principal delas era entre o Império Russo e o Grão-Ducado da Finlândia. Havia,

---

<sup>44</sup> A agenda e as resoluções da Conferência de 1910 também foram disponibilizadas pelo Arquivo online da Biblioteca Friedrich-Ebert-Stiftung. Disponíveis em: <[http://library.fes.de/cgi-bin/populo/zweiint.pl?f\\_ABC=f&t\\_showen=x](http://library.fes.de/cgi-bin/populo/zweiint.pl?f_ABC=f&t_showen=x)> Acesso em: 24/06/2022.

desde o final do século XIX, uma política de russificação do Canal Báltico, cuja maior consequência foi extinguir as autonomias administrativas e culturais de países vizinhos, em nome da tutela russa. Clara Zetkin, presidenta da Conferência, emitiu uma declaração acerca do tema<sup>45</sup>. Ela chamou a ação russa de um crime pérfido, posicionou-se ao lado da liberdade política das nações e da democracia, bem como destacou o apoio das conferencistas ao Partido Social-Democrata da Finlândia, de orientação socialista.

Esse caso deixa claro como as socialistas se posicionaram em relação a temas políticos diversos, que estavam muito além da emancipação direta das trabalhadoras. Elas eram membros ativos de suas comunidades e de seus partidos, estando atentas a questões internacionais que, em maior ou menor medida, poderiam afetar a vida dos trabalhadores ou o poder de partidos socialistas.

Outro tópico que continuou a gerar repercussão foi o sufrágio. A disputa entre sufrágio limitado e sufrágio universal continuou. Nas resoluções da Conferência, as socialistas se posicionaram, novamente, contra o sufrágio limitado:

O movimento das Mulheres Socialistas de todos os países repudia o sufrágio feminino limitado como falsificação e insulto ao princípio da igualdade política do sexo feminino. Luta pela única expressão concreta viva deste princípio: o sufrágio universal da mulher, aberto a todos os adultos e vinculado a nenhuma condição de propriedade, pagamento de impostos ou graus de educação ou qualquer outra qualificação, que exclua membros ou a classe trabalhadora do gozo do direito (tradução nossa)<sup>46</sup>.

Por trás do repúdio, sabemos que houve um debate entre a ala da esquerda internacional, liderada pelas mulheres do SPD, e as organizações trabalhadoras inglesas. Alexandra Kollontai, ao escrever um longo comentário sobre as Conferências de 1907 e 1910, relatou que as operárias inglesas desenvolveram uma sólida aliança com as sufragistas-não socialistas na luta pelo direito feminino ao voto. O objetivo das socialistas inglesas era estender essa parceria a todo o movimento de mulheres socialistas, propondo uma resolução em nome da cooperação internacional entre socialistas e não-socialistas. No discurso de apresentação da proposta, Charlotte Despard<sup>47</sup>, argumentou que a injustiça social afetava

<sup>45</sup> Essa declaração está presente em uma resolução assinada por Clara Zetkin durante a Conferência. Disponível em: <[http://library.fes.de/cgi-bin/populo/zweiint.pl?f\\_ABC=f&t\\_showen=x](http://library.fes.de/cgi-bin/populo/zweiint.pl?f_ABC=f&t_showen=x)> Acesso em: 24/06/2022.

<sup>46</sup> Em inglês: The Socialist Women's movement of all countries repudiates the limited Woman's Suffrage as a falsification of and insult to the principle of the political equality of the female sex. It fights for the only living concrete expression of this principle: the universal women's suffrage which is open to all adults and bound by no conditions of property, payment of taxes, or degrees of education or any other qualifications, which exclude members of the working class from the enjoyment of the right. They carry on their struggle not in alliance with the bourgeois Women's Righters, but in alliance with the Socialist Parties, and these fight for Woman's Suffrage as one of the demands which from the point of view of principle and practice is most important for a complete democratisation of the suffrage.

<sup>47</sup> Charlotte Despard (1844-1939) foi uma socialista e sufragista anglo-irlandesa. Ela atuou em várias Ligas e associações femininas, além de ter sido militante do Partido Trabalhista inglês.

também as burguesas, o que justificava a aproximação entre as causas, sendo a cooperação fundamental para a conquista do sufrágio. Apesar de uma tentativa de conciliação por parte das austríacas, a fala de Despard não convenceu a social-democracia alemã e seus aliados, maioria no evento. Segundo Kollontai, foram dez votos contra à cooperação, o que encerrou a discussão.

A partir desse caso, fica claro que as relações entre o movimento feminista e o movimento socialista não eram sempre tão distantes quanto o movimento internacional propôs. A nível nacional, em alguns casos, as socialistas se aliaram às feministas não-socialistas. Essa estratégia, ainda que trouxesse perdas, visto que estas não lutavam pelo sufrágio universal, foi vista como uma forma de popularizar e aumentar os esforços em torno dos direitos femininos.

Se a cooperação não era uma alternativa viável para a maioria das militantes, elas precisaram desenvolver táticas para organizar e estimular agitações populares, de caráter socialista, pelo sufrágio. A partir de 1910, as socialistas passaram a expressar mais atenção ao trabalho prático e às propagandas a favor do tema. Disso, surgiu a ideia de criar um Dia da Mulher de cunho internacional.

A inspiração foi o *Woman's Day* estadunidense, que ocorreu em fevereiro do ano anterior. O dia foi resultado de uma mobilização das socialistas estadunidenses em torno do sufrágio feminino. Decididas a não colaborar com as sufragistas burguesas, elas buscaram o apoio do Partido Socialista Americano<sup>48</sup>. Foi este que designou o último domingo do mês de fevereiro como dia de reivindicação ao voto feminino, bem como sugeriu que o primeiro de maio, Dia dos Trabalhadores, também contasse com movimentações em torno do tema. Organizado pelo Comitê Nacional da Mulher, o *Woman's Day* ocorreu em diversas cidades, como Chicago, Nova Iorque e Los Angeles. O sucesso foi suficiente para que, ao final do evento, as socialistas decidissem por sua celebração anual (GONZÁLEZ, 2010, p. 106).

Os efeitos do *Woman's Day* na Europa foram igualmente exitosos. Na Alemanha, as manifestações de 1911 contaram com grandes passeatas e assembleias. As fontes<sup>49</sup> mencionam cerca de 1 milhão de participantes. Além disso, Estados Unidos, Dinamarca e

---

<sup>48</sup> Sobre esse apoio, González (2010, p. 106), afirma que: “(...) a historiadora Renée Côté argumenta que esse compromisso por parte do partido só se deu devido ao temor de que quando as mulheres alcançassem o direito de voto, em vez de votar no PSA, votassem nos outros partidos. Nesse sentido, o interesse dessa organização pelos temas das mulheres era meramente eleitoral”

<sup>49</sup> Quem menciona essas fontes são Cintia Frença e Daniel Gaido em artigo para a Jacobin. Ver: FRENÇA, Cintia; GAIDO, Daniel. **As origens socialistas do Dia Internacional da Mulher**. Jacobin Brasil, 2021. Disponível em: <<https://jacobin.com.br/2021/03/as-origens-socialistas-do-dia-internacional-da-mulher/>>. Acesso em: 24/06/2022.

Suíça também organizaram seus respectivos Dia da Mulher, ainda que em datas diferentes. Nos anos seguintes, países como Rússia e França se juntaram às comemorações.

A criação de um Dia da Mulher não significou, contudo, o fim das batalhas pelo sufrágio universal. Pelo contrário, as socialistas continuaram a disputar o tema com as mulheres de classe média. Quem reúne uma série de mobilizações feitas por movimentos feministas em direção aos direitos políticos femininos é Katherine Marino (2019). Em seu livro, ela traça redes de sociabilidade e militância estabelecidas entre mulheres da classe média americana em nome do sufrágio. Exemplo disso foi a colaboração entre Carrie Chapman Catt<sup>50</sup>, sufragista estadunidense, e Bertha Lutz<sup>51</sup>, feminista brasileira.

Talvez a grande novidade da Conferência é que, em 1910, a proposta de criação de uma legislação trabalhista e de proteção social voltada às mulheres ganhou força. O que pode explicar como, em três anos, um tema passou de coadjuvante à principal pauta de uma Conferência Internacional? Podemos trabalhar com várias hipóteses.

Uma delas é que, com o aumento da sindicalização de trabalhadoras sinalizado por Zetkin em 1909<sup>52</sup>, as mulheres trabalhadoras criaram mecanismos para verbalizar suas reivindicações nesses espaços. Como a troca de informações entre sindicatos e partidos socialistas era grande no período, isso explicaria como as socialistas entraram em contato com os protestos das trabalhadoras.

Além disso, à medida que a presença feminina nas indústrias aumentou, as mulheres trabalhadoras podem ter encontrado também outros espaços na esfera pública – em jornais ou nas ruas — para se posicionar em relação à insalubridade de seus trabalhos, à carestia de vida e à mortalidade infantil. Nesse contexto, as desigualdades sociais estavam em uma crescente, prejudicando diretamente a vida de famílias trabalhadoras, sobretudo das mulheres e crianças. Esse foi um momento intenso de protestos de operários que, certamente, chamou a atenção dos partidos socialistas.

O fato é que, em 1910, as socialistas criaram uma proposta de legislação e proteção social para mulheres trabalhadoras e seus filhos. Em relação à primeira, demandavam: 1. o estabelecimento de uma jornada de trabalho de oito horas para mulheres acima de 18 anos, seis horas para mulheres entre 16 e 18 anos, quatro horas para mulheres entre 14 e 16 anos,

<sup>50</sup> Carrie Chapman Catt (1859-1947) foi uma jornalista e feminista estadunidense. Destacou-se na luta pelo sufrágio feminino nos Estados Unidos, o que a levou ao cargo de presidenta da Associação Nacional Americana pelo Sufrágio Feminino.

<sup>51</sup> Carrie Chapman Catt (1859-1947) foi uma jornalista e feminista estadunidense. Destacou-se na luta pelo sufrágio feminino nos Estados Unidos, o que a levou ao cargo de presidenta da Associação Nacional Americana pelo Sufrágio Feminino.

<sup>52</sup> ZETKIN, Clara. German Socialist Women's Movement. **Justice**. 9 de outubro de 1909, p. 7. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/zetkin/1909/10/09.htm>>. Acesso em: 24/06/2022.

além da proibição do trabalho para menores de 14 anos; 2. proibição do trabalho feminino em funções consideradas prejudiciais às crianças e mães; 3. licença-maternidade de oito semanas antes e após o parto, caso houvesse um aborto ou o recém-nascido falecesse, a licença deveria ser de seis semanas; e 4. criação de salas de amamentação nas fábricas.

Até esse momento, as jornadas de trabalho podiam chegar a 16 horas. Desde a Primeira Internacional, os trabalhadores lutavam pela sua redução. Acreditava-se, nesse momento, que a conquista de uma menor jornada de trabalho era o primeiro passo para a emancipação operária (GHIZINI, 2015, p. 42).

Além disso, entre as socialistas, estabeleceu-se que, abaixo de 14 anos, o trabalho assalariado era proibido. Definia-se, assim, quem eram as crianças – isto é, menores de 14 anos – e quem eram os adolescentes e jovens – adultos – que estavam aptos ao trabalho, ainda que reduzido.

Em sua pesquisa de doutorado, em que analisou a legislação trabalhista no entreguerras brasileiro, Glaucia Fraccaro (2018) percebeu que as normas do trabalho de crianças e as leis para o trabalho de mulheres se relacionavam em virtude de uma noção de que as mulheres tinham por função social a criação e cuidado de seus filhos. Dessa forma, “a elas incubia também a responsabilidade de livrar as crianças da condição de exploração (...)”. Ao nosso ver, as socialistas, assim como os legisladores brasileiros, também associaram mulheres, maternidade e tarefas de cuidados, o que justifica a preocupação delas com o trabalho infantil.

Chama atenção também a proibição de trabalhos considerados não-naturais para os organismos femininos. Podemos nos questionar, então, o que as socialistas entendiam por natureza feminina. E, depois, indagar para quais trabalhos as mulheres estavam aptas. Infelizmente, essa discussão não está presente nas atas da Conferência. Contudo, um panfleto<sup>53</sup> escrito por Alexandra Kollontai em 1916 pode nos fornecer algumas pistas sobre essas questões. Ela escreveu o seguinte:

Quando ela [a mulher] trabalha dia após dia em cima de uma máquina de costura, ela desenvolve uma doença dos ovários. Quando ela trabalha em uma fábrica de tecelagem ou de fiação, uma fábrica de borracha ou de porcelana ou uma fábrica de chumbo ou de química, ela e seu bebê correm o risco de serem envenenados pelo vapor nocivo e pelo contato com substâncias nocivas. Quando uma mulher trabalha com chumbo ou com mercúrio, ela torna-se infértil ou seus filhos nascem natimortos. Quando ela trabalha em uma fábrica de cigarros ou tabaco, a nicotina em seu leite pode envenenar o filho dela. Mulheres grávidas também podem mutilar ou matar seus filhos carregando fardos pesados, ficando de pé por muitas horas em um banco ou em um balcão, ou correndo para cima e para baixo por capricho da senhora

<sup>53</sup> KOLLONTAI, Alexandra. Working Woman and Mother. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/kollonta/1916/working-mother.htm>> . Acesso em: 24/06/2022.

da casa. Não há trabalho perigoso ou prejudicial ao qual as mulheres são barradas (tradução nossa)<sup>54</sup>.

Do excerto acima, extrai-se uma crítica ferrenha às condições de trabalho do mundo industrial, sobretudo russo, de onde Alexandra escreveu. Segundo a autora, as trabalhadoras conviviam com materiais tóxicos sem receber equipamentos de segurança. Nicotina, chumbo e mercúrio eram recorrentemente usados pela indústria e, conseqüentemente, pelos operários. Além disso, as trabalhadoras eram responsáveis pelo transporte de pesos, que não era de todo mecanizado. Somando a isso, dependendo de suas funções, elas precisavam ficar longas horas em uma mesma posição – sentadas ou em pé. Essa imobilidade poderia trazer problemas sérios para a circulação sanguínea, aumentando os riscos de trombose, por exemplo. Nesse sentido, acreditamos que, quando mencionaram a não-naturalidade de determinados trabalhos para as mulheres, as socialistas exigiram, na verdade, uma reforma de condições insalubres de trabalho que se reproduziam por toda a Europa.

Por fim, de volta às resoluções da Conferência de 1910, presumimos que a exigência de licenças-maternidade e salas de amamentação era reflexo de dois problemas sociais ainda comuns no século XX: mortes durante o parto e primeira infância. O primeiro caso poderia afetar tanto as mães quanto seus filhos. O excesso de trabalho, principalmente se envolvia substâncias tóxicas ou pesos, durante os meses anteriores ao parto era um fator significativo para o adoecimento de grávidas e a má-formação dos bebês. Somado a isso, a pequena assistência médica dada às mães e às parturientes pobres, bem como a lotação de maternidades públicas, resultava em partos mal-sucedidos. Se as mães e seus filhos sobreviviam, logo eram separados pela exigência do retorno ao trabalho. A ausência de aleitamento materno, decorrente desse processo, era considerada pelos médicos uma das principais causas da alta mortalidade infantil (FRACCARO, 2018, p. 82).

Além de uma legislação trabalhista específica para mulheres, as socialistas sugeriram políticas de assistência social para mães trabalhadoras e crianças. Entre as demandas, destaca-se: 1. subsídio de oito semanas em caso de desemprego causado pela gravidez; 2. subsídio de 13 semanas para mães que estavam aptas a amamentar e cuidar de seus recém-nascidos; 3. subsídio de seis semanas para mães que perderam seus bebês antes ou

---

<sup>54</sup> Em inglês: “When a woman works day in day out over a sewing machine, she develops a disease of the ovaries. When she works at a weaving or spinning factory, a rubber or china works or a lead or chemical plant, she and her baby are in danger of being poisoned by noxious fumes and by contact with harmful substances. When a woman works with lead or mercury, she becomes infertile or her children are stillborn. When she works at a cigarette or tobacco factory, the nicotine in her milk may poison her child. Pregnant women can also maim or kill their children by carrying heavy loads, standing for long hours at a bench or counter, or hurrying up and downstairs at the whim of the lady of the house. There is no dangerous and harmful work from which working women are barred”.

durante o parto; e 4. garantia de tratamento médico completo para grávidas e puérperas, bem como seus filhos.

O ponto central dessa política era a criação de fundos de subsídio pelo Estado. O benefício, por sua vez, deveria contemplar todas as mulheres trabalhadoras, incluindo as trabalhadoras agrícolas e domésticas.

As comunidades e o Estado também deveriam ser responsáveis pela criação de hospitais e organizações para atender as mães e as crianças, contando com enfermeiras e leite disponíveis para os recém-nascidos. Além disso, as social-democratas da Alemanha pediram pela abertura de mais creches e escolas primárias, cujo horário de funcionamento deveria incluir feriados e férias. Essas instituições também deveriam ser reformadas para comportar uma estrutura para o desenvolvimento de práticas de esportes variadas, além de dentistas e médicos. Crianças diagnosticadas como fracas e doentes por esses profissionais, por sua vez, deveriam ser enviadas para sanatórios, onde receberiam tratamento.

Nota-se, nesse requerimento, uma preocupação com a infância. No projeto acima descrito, os espaços educativos, de lazer e de saúde se tornaram um. Segundo as socialistas, o Estado deveria oferecer suporte para o desenvolvimento das crianças cujos pais estavam alocados em postos de trabalho. Dessa forma, não eram mais as mães as únicas responsáveis pelo bem-estar de seus filhos. Com o ingresso das mulheres no mercado de trabalho assalariado, essa disposição mudou radicalmente. A dedicação das mães ao trabalho criava a necessidade de seus filhos serem entregues aos cuidados de terceiros. Por isso, a exigência de creches e escolas, custeadas pelo Estado.

O debate sobre seguridade social, contudo, não estava findado. Ainda que as grávidas e parturientes fossem amparadas, sobrariam muitas mulheres em situação de pobreza sem qualquer assistência por parte do Estado. Por esse motivo, a *Women's Labor League* falou em nome das viúvas. O grupo afirmou que a morte do pai desestabilizava as finanças da família, impactando na qualidade de vida das crianças. Dessa forma, solicitou a criação de um seguro para viúvas, em especial para aquelas afetadas por doenças ou com crianças pequenas.

Essa petição abriu caminho para que o *General Women's Club of Stockholm* declarasse que era “dever do Estado proteger os cidadãos indefesos e pobres”<sup>55</sup>. Pensando nisso, recomendou a criação de um seguro materno para mães não casadas, em que os pais dos bebês pagassem um valor pré-determinado durante a gravidez e educação da criança. Ao final, o

---

<sup>55</sup> Em inglês: “The Conference declares it an absolute duty of the State to protect defenceless and poor citizens”.

clube apelou para que “seus camaradas do Parlamento lutem por uma reforma racional segundo pontos de vista realmente modernos e justos”<sup>56</sup>.

Ainda que o avanço fosse significativo, a Conferência deixou muitas lacunas no que se refere à distribuição dos seguros. Kollontai, em suas memórias<sup>57</sup>, criticou o que chamou de uma falta de detalhamento da política de seguro-maternidade. Ela descreveu três impasses: esposas de trabalhadores, que não realizavam qualquer tipo de trabalho assalariado, seriam contempladas pelo seguro? E, caso o casamento não fosse legalizado, como seriam comprovados os vínculos entre a mãe e o pai operário? Mães adotivas ganhariam o benefício?

Legislar sobre a maternidade, ao que tudo indica, trazia a campo debates sobre honra e o conceito de família. Formas alternativas de união conjugal e familiar, como os casamentos não registrados em lei, trouxeram à tona desafios para o estabelecimento de seguros e pensões. Ao mesmo tempo, passou-se a questionar o argumento de honra feminina, que excluía os pais das responsabilidades para com filhos ilegítimos.

Agora, retomemos o panfleto que Alexandra Kollontai escreveu em 1916. A Guerra Mundial já se arrastava há dois anos. Como assinalou a historiadora Françoise Thébaud (1993), em um contexto de crise econômica e de deslocamento de boa parte da população masculina para os *fronts*, houve uma penetração de mulheres em setores tradicionalmente masculinos, principalmente bélicos. Ela ressaltou, contudo, que essa mobilização foi limitada à conjuntura de guerra. Isso significa que o conflito não foi responsável por uma revolução nas relações masculino-femininas, possibilitando a emancipação de mulheres, mas pela abertura de uma momentânea brecha que, em maior ou menor medida, estimulou o trabalho feminino.

Nesse sentido, houve um aprofundamento das desigualdades vividas pelas mulheres da classe operária, diretamente afetadas pela economia de guerra. O texto de Kollontai se propõe a pensar nessa questão a partir das vivências da maternidade. Nele, ela comparou as gravidezes, os puerpérios e os partos de quatro personagens fictícias: a esposa do diretor da fábrica, uma lavadeira, uma empregada vinda do campo e uma tintureira. Ela narrou que, enquanto a senhora Mashenka repousou durante a gravidez, auxiliada por empregadas, enfermeiras e médicos, as mulheres trabalhadoras, fossem elas lavadeiras ou tintureiras, continuaram a trabalhar até a hora do parto.

---

<sup>56</sup> Na versão original: “The Conference urges our comrades in the parliaments to strive for a rational reform according to really modern and just points of view”.

<sup>57</sup>Aqui, referimo-nos aos comentários escritos por Alexandra Kollontai mencionados no início do capítulo.

Kollontai apontou essa situação como resultado de uma sacralização da maternidade burguesa, mas não da experiência trabalhadora. Dessa forma, as mulheres trabalhadoras não eram vistas como mulheres, mas como força produtiva e, em última instância, meras reprodutoras da classe operária. Essa visão permitiu que as trabalhadoras domésticas, como a tintureira e a camponesa, convivessem com um trabalho árduo, sem pausas.

Na hora do parto, essas desigualdades apenas afloravam. As trabalhadoras sofriam no parto e, quando os bebês não nasciam mortos, eram fracos e desnutridos. Isso não significava que, logo após o seu nascimento, a presença delas não era exigida em seus postos de trabalho. Pelo contrário, elas deixavam seus recém-nascidos com irmãos mais velhos ou vizinhos, que os alimentam com mingau na falta do leite materno. Por isso, segundo Kollontai, os filhos dos trabalhadores “morrem como moscas”. Para ela, lares superlotados e úmidos, falta de cuidados e alimentação artificial eram algumas das principais causas de mortalidade infantil entre a classe operária.

Observando essa situação, Kollontai recuperou as reivindicações colocadas na Conferência de 1910, escrevendo sobre a necessidade de uma legislação trabalhista voltada especificamente para as mulheres. Contudo, ela avançou ao sugerir medidas práticas, como a inspeção das condições de trabalho nas fábricas, e punições para as fábricas que não cumprissem as regras impostas.

Por meio do panfleto, sabemos também que houve uma capilarização dos debates sobre a legislação trabalhista e a proteção da maternidade entre os anos de 1910 e 1916. Em certo momento, Kollontai escreveu que

O Partido Trabalhista em todos os países exige que haja planos de seguro-maternidade que cubra todas as mulheres, independente da natureza de seu trabalho (...). A mulher deve receber os benefícios integrais até se a criança morrer o parto for prematuro. (...) Os benefícios devem, portanto, ser pagos tanto antes quanto após o parto, e deve ser pago diretamente nas mãos da mãe ou de alguma pessoa autorizada por ela (tradução nossa)<sup>58</sup>.

Podemos imaginar que, após a Conferência de 1910, as mulheres socialistas levaram o os acúmulos obtidos a partir da discussão sobre a legislação trabalhista e seguro-maternidade para suas respectivas nações e partidos. Isso explicaria o fato de, em 1916, essa ser uma reivindicação recorrente entre os socialistas e trabalhadores.

---

<sup>58</sup> Em inglês: “The Worker’s Party in every country demands that there should be maternity insurance schemes that cover all women irrespective of the nature of their job (...). The woman must receive the full benefit even if the child dies or the birth is premature. (...) Benefits should thus be paid out both before and after birth, and should be paid directly into the hands of the mother or some person authorised by her.

## 4.2 ECOS DE UMA LUTA: O MOVIMENTO INTERNACIONAL DE MULHERES SOCIALISTAS NO PÓS-GUERRA

Na Europa Ocidental, com o fim da Guerra Mundial em 1918, os postos de trabalho abertos às mulheres no contexto do conflito foram, novamente, fechados. Seguiu-se o que Thébaud (1993, p. 119) chamou de “refluxo pós-guerra”. Em nome da reconstrução nacional e dos direitos dos ex-combatentes, exigiu-se que as mulheres voltassem às suas casas e aos ofícios femininos. Essa política restaurou o mercado de trabalho sexualmente diferenciado do início do século e, em muitos casos, a figura tradicional do pai como provedor do sustento da família. A demissão em massa de mulheres, na maior parte dos casos, não foi acompanhada de subsídios ou medidas para seguridade social.

Na Rússia, contudo, como um dos desdobramentos da Revolução de 1917, os bolcheviques colocaram em prática um projeto de libertação das mulheres trabalhadoras. Nele, estava contida uma visão alternativa de família e do papel social da mulher, resultado das mudanças provocadas pelo ingresso em massa dessas personagens na indústria capitalista. Já em 1917, o casamento religioso foi substituído pelo civil, assim como o divórcio foi facilitado – ele poderia ser solicitado por qualquer um dos cônjuges. Contudo, o Código do Matrimônio, da Família e da Tutela do Estado soviético (1918) apresentou os maiores avanços. Ele aboliu o status legal inferior das mulheres, tornando o casamento uma união entre iguais. Por isso, tornava-se possível, a partir daquele momento, que as mulheres preservassem o controle de sua renda após o casamento. Além disso, o Código garantiu a todos os filhos o direito de receberem pensão de seus pais, mesmo aqueles nascidos fora do casamento.

Essa legislação, além de incorporar uma série de reivindicações das trabalhadoras e socialistas ao longo de toda a década de 1910, foi o primeiro vislumbre de uma política pública voltada para a emancipação de operárias e camponesas. Ainda que nos anos seguintes a Rússia – e posteriormente, a União Soviética – não tenha conseguido garantir os direitos das mulheres, a existência de uma legislação inspirou o movimento socialista internacional, assim como acendeu o sinal de alerta para o “perigo bolchevique” na Europa.

A revolta espartaquista da Alemanha, em 1919, apenas aumentou a insegurança europeia em relação à entrada de teorias socialistas. Vinicius Ghizini (2015, p. 44-45), em sua dissertação de mestrado, afirmou que esses processos revolucionários aceleraram a aprovação

de leis do trabalho em alguns países da Europa, como na França, que aprovou a jornada de trabalho de oito horas em abril de 1919<sup>59</sup>.

Thébaud (1993, p. 116-117) analisou processo semelhante em relação ao sufrágio. Segundo a historiadora, em muitos países da Europa central, como na Alemanha, o voto feminino foi o meio encontrado pelos liberais e reformistas para impedir uma revolução proletária e dar início à construção de uma sociedade democrática após a queda dos regimes imperiais. Isso não significou, contudo, uma vitória total das socialistas. Pelo contrário, nesse contexto, foi o sufrágio limitado que venceu a disputa. Na Grã-Bretanha, por exemplo, houve a universalização do sufrágio masculino e a instauração do sufrágio feminino a partir dos 30 anos.

Do ponto de vista do trabalho, esse clima político instável contribuiu para que, findada a Primeira Guerra Mundial, durante as reuniões para a formulação e assinatura do Tratado de Versalhes, em junho de 1919, a regulamentação do trabalho fosse considerada base para a manutenção da paz universal. Os movimentos operários, resultado das péssimas condições de trabalho, naquele momento, eram vistos como potenciais revolucionários. Para coibir essas manifestações, a Sociedade das Nações comprometeu-se a fundar uma organização para normalizar e fiscalizar questões trabalhistas, regulamentando o trabalho à nível internacional. Assim, nasceu a Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Para este trabalho, interessa-nos a Convenção de Proteção à Maternidade (n. 3), de 1919, proposta pela OIT. No documento, sugeriu-se que as mulheres deveriam ser poupadas do trabalho pesado e da proximidade com substâncias químicas nocivas, com o objetivo de resguardar a maternidade e garantir o bem-estar dos bebês. Além disso, foram estipulados descansos remunerados antes e depois do parto para as trabalhadoras empregadas na indústria e no comércio. Findada a licença, as beneficiadas voltariam a seus postos de trabalho. Também caberia às fábricas fazer as adequações necessárias para que as mulheres tivessem acesso a salas de amamentação (FRACCARO, 2018, p. 103-104).

Ao analisar as conquistas obtidas a partir do Tratado de Versalhes, Ghizini (2015, p. 45) afirmou que essas bandeiras eram levantadas pelo movimento operário há décadas. Como vimos, contudo, essas questões foram especialmente tratadas pelo movimento de mulheres socialistas e trabalhadoras. Quando analisamos as reivindicações das socialistas durante as décadas de 1900 e 1910 em conjunto com a Convenção de Proteção à Maternidade de 1919, fica nítido que existe certa consonância. Redução de jornadas de trabalho,

---

<sup>59</sup> Ver HAFFNER, Sebastian. **A Revolução Alemã (1918-1919)**. São Paulo: Expressão Popular, 2018, 334 p.

licença-maternidade e seguro social, por exemplo, foram reivindicações socialistas que, a partir de 1919, tornaram-se benefícios garantidos pela OIT.

Atentos a essa conexão, acreditamos que, em virtude do caráter internacional de sua organização, as socialistas conseguiram impulsionar suas reivindicações, bem como levaram a questão da mulher trabalhadora ao centro do debate socialista. No final da década de 1910, muito por conta do potencial efeito revolucionário do pós-guerra e do avanço socialista na Rússia, a mobilização das socialistas entrou para a ordem do dia do poder público, influenciando a construção de consensos internacionais sobre os direitos femininos e o trabalho.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou investigar como as militantes socialistas, inseridas nas dinâmicas da Segunda Internacional Socialista (1889-1916), projetaram a emancipação das mulheres trabalhadoras. Para isso, valorizamos os espaços em que as socialistas, ao se inserirem na esfera pública, traçaram debates e disputas com seus camaradas de partidos, interessados na libertação da classe operária, e com as feministas-não socialistas que, no mesmo período, lutaram pela obtenção de direitos para as mulheres. Nossas análises, então, agruparam fontes de origem diversa: discursos, excertos de jornais, panfletos e as resoluções das Conferências das Mulheres Socialistas de 1907 e 1910.

A partir dessas leituras, desenvolvemos três capítulos. Em um primeiro, com o objetivo de contextualizar o tema, apresentamos o lugar da mulher na teoria socialista do século XIX e início do XX, com foco especial nas interpretações e contribuições feitas por Clara Zetkin, Rosa Luxemburgo e Alexandra Kollontai. As três, como vimos, foram militantes ativas e, por diversas vezes, referências para o movimento internacional de mulheres socialistas.

No segundo capítulo, traçamos um paralelo entre o feminismo e o socialismo, colocando o movimento de mulheres socialistas em uma posição dialética entre ambos. Analisamos que, na medida em que entrelaçaram as dimensões do gênero e da classe, as socialistas criaram novos parâmetros para os debates socialistas e feministas. Opuseram-se ao feminismo não-socialista por não considerá-lo atento às questões de classe, mas também não se satisfizeram com as políticas socialistas que, até aquele momento, pouco consideravam as experiências femininas da classe trabalhadora. Nesse sentido, foram responsáveis por trazer novas questões para a teoria e a prática tanto do feminismo quanto do socialismo.

A partir dessa análise, também foi possível apresentar o feminismo enquanto um campo político permeado por disputas, diálogos e sínteses. Argumentamos que a história do feminismo no século XX, longe de ser homogênea ou conservadora, é composta por ativismos plurais, com preceitos teóricos e métodos diferentes e, por vezes, conflitantes.

No terceiro capítulo, abordamos, a partir das Conferências das Mulheres Socialistas de 1907 e 1910, as resoluções movidas pelas socialistas durante dois de seus encontros internacionais. Além de observarmos como essas conexões transnacionais foram elaboradas, identificamos que, para além dos consensos, existiram disputas internas no movimento, sobretudo quando envolvia o sufrágio feminino. Tema de destaque na primeira metade do século XX, as políticas de sufrágio geraram tensões significativas na medida em que as

socialistas desenvolveram, em seus países, estratégias e agendas específicas para o tratamento da questão, em detrimento de uma tática internacional. Exemplo disso foi a cooperação entre socialistas e não-socialistas desenvolvida na Inglaterra, mas que, na Conferência Internacional de 1910, foi fortemente criticada pelas companheiras alemãs e russas.

Neste capítulo, também investigamos como as socialistas abordaram a questão do trabalho, visto que procuravam emancipar as mulheres trabalhadoras. Constatamos, então, que elas propuseram uma legislação do trabalho e de seguridade social específica para mulheres, em que foram consideradas suas experiências enquanto mães, esposas e trabalhadoras. Nesse projeto, foram recomendadas licença-maternidade, a criação de salas de amamentação nas fábricas, além de diminuição das jornadas de trabalho.

Argumentamos que essa legislação encontrou no contexto pós-guerra um espaço para desenvolvimento e implantação. Muitas dessas propostas foram acolhidas pela Organização Internacional do Trabalho a partir de sua criação, em 1919. As nações europeias, vitimadas pela Primeira Guerra Mundial e cautelosas diante do “perigo bolchevique” que a Revolução Russa de 1917 e a Revolução Alemã de 1919 representavam, aceleraram a aprovação de leis do trabalho e de outros direitos sociais, como o sufrágio – ainda que limitado. Nesse contexto, os membros de movimentos operários foram vistos como potenciais revolucionários. Apaziguá-los significava, em partes, contribuir para a manutenção da paz mundial e do sistema capitalista.

O presente trabalho, contudo, não encerra o debate sobre a movimentação de mulheres socialistas ao longo das primeiras décadas do século XX, tampouco esgota as questões quanto à forma como esse movimento contribuiu para a construção de direitos para as mulheres. Ainda precisamos entender quais os impactos da Primeira Guerra Mundial no movimento de mulheres socialistas, principalmente o quanto suas redes internacionais foram desmobilizadas. Para isso, é necessário que seja feito um esforço de sistematização e tradução da Conferência Internacional de Mulheres Socialistas de Berna, em 1915, e de outros documentos correlatos, com o intuito de coletarmos informações sobre as articulações socialistas após essa data.

Faz-se necessário também estudar de forma mais detida as redes internacionais feministas que foram traçadas no período, e que, neste trabalho, foram apenas brevemente apresentadas. Entre as socialistas, podemos nos questionar, a priori, como o ativismo internacional foi estabelecido, para além dos momentos de Conferência e da amizade de Clara, Rosa e Alexandra. Outra questão que emerge nesse ponto está relacionada às movimentações de feministas não-socialistas: que outras noções de feminismo e de direitos

circularam no período? Como elas foram articuladas? E, sobretudo, em que medida essas feministas se posicionaram na contenda com as socialistas?

Por outro lado, podemos nos questionar a respeito das movimentações nacionais feitas por mulheres socialistas. Como mencionado no terceiro capítulo, os grupos nacionais de mulheres socialistas enviaram relatórios periódicos para o *International Office*. Posteriormente, esses relatórios foram enviados aos departamentos e membros dos congressos da Segunda Internacional, onde foram lidos e discutidos. Há, por exemplo, um longo relatório produzido pelo *Socialist Women of Greater New York*<sup>60</sup> para o Congresso Socialista Internacional de 1910. A partir dele, pode-se estudar as relações entre socialismo e feminismo nos Estados Unidos e, a nível continental, na América.

Ao pensar nas especificidades nacionais, também se abre a possibilidade de estudar a relação entre as socialistas e seus partidos políticos. Isto é, de investigar como as discussões propostas pelas socialistas circularam dentro dos canais oficiais dos partidos, como em reuniões, jornais, congressos, etc. O movimento internacional de mulheres socialistas alcançou um *status* semi-autônomo, mas pouco sabemos sobre como os movimentos locais se reportavam a seus partidos. Para isso, seria indispensável a pesquisa em arquivos de partidos e das ligas locais de mulheres, como o Partido da Social-Democracia Alemã e das Mulheres da social-democracia alemã, por exemplo.

Por fim, agora que reconhecemos a existência de um movimento internacional de mulheres socialistas, podemos nos perguntar o quanto ele atingiu as camadas populares para as quais ele propunha a emancipação, isto é, como as socialistas se relacionaram com as trabalhadoras. Algumas questões podem ser colocadas: quais canais de escuta as socialistas usaram para conhecer as demandas das operárias? Como as trabalhadoras receberam essas propostas? Elas lutaram por mais protagonismo dentro do movimento socialista de mulheres? Todas essas perguntas são cruciais para que investiguemos se o movimento de mulheres socialistas conseguiu, a nível internacional, atingir e dialogar com as massas.

Retornemos, então, às perguntas que orientaram este trabalho – o que o movimento de mulheres socialistas propunha como emancipação das trabalhadoras e como suas militantes traduziram a tensão existente entre o socialismo e feminismo a partir dessas propostas? Ela nos permitiu questionarmos a relação de forças entre diferentes movimentos por direitos femininos no início do século XX. Encontramos, nesse período, um conjunto plural de

---

<sup>60</sup> Ver: Report of the Socialist Women of Greater New York to the International Socialist Congress. **International Socialist Congress**, Copenhagen, agosto de 1910. Disponível em: <<http://library.fes.de/zweiint/f35b.pdf>> Acesso em: 19/05/2022.

ativismos, socialistas ou não, que travaram entre si uma série de disputas em nome da promoção feminina. Em consequência desses movimentos, a experiência das mulheres, sobretudo trabalhadoras, tornou-se central para a ordem social. Isso permitiu que, nos anos seguintes, direitos trabalhistas e democráticos se tornassem, pela primeira vez, uma realidade.

## 6 REFERÊNCIAS

### Fontes:

KOLLONTAI, Alexandra. Women's Day. **Pravda**. São Petersburgo, n. 40. 17 de fevereiro de 1913. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/kollonta/1913/womens-day.htm>>. Acesso em: 24/06/2022.

LUXEMBURGO, Rosa. A proletária. **Sozialdemokartische Korrespondenz**, n. 27, 5 de março de 1914. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/luxemburgo/1914/03/05.htm>>. Acesso em: 24/06/2022.

LUXEMBURGO, Rosa. Senhoras e Mulheres. **Gazeta Ludowa**, n. 48, 16 de junho de 1904, p. 1. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/luxemburgo/1904/06/16.htm>>. Acesso em: 23/06/2022.

Organização Internacional do Trabalho, **Maternity Protection Convention, n. 3**, 1919. Disponível em: <[https://www.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=NORMLEXPUB:12100:0::NO:12100:P12100\\_INSTRUMENT\\_ID:312148:NO](https://www.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=NORMLEXPUB:12100:0::NO:12100:P12100_INSTRUMENT_ID:312148:NO)>. Acesso em: 24/05/2022.

Report of the Socialist Women of Greater New York to the International Socialist Congress. **International Socialist Congress**, Copenhagen, agosto de 1910. Disponível em: <<http://library.fes.de/zweiint/f35b.pdf>> Acesso em: 19/05/2022.

Resolutions and Motions. **First International Conference of Socialist Women**, Stuttgart, 1907. Disponível em: <<http://library.fes.de/zweiint/f04.pdf>>. Acesso em: 19/05/2022.

Resolutions and Motions. **Second International Conference of Socialist Women**, Copenhagen, 1910. Disponível em: <<http://library.fes.de/zweiint/f20.pdf>> e <<http://library.fes.de/zweiint/f23a.pdf>>. Acesso em: 19/05/2022.

ZETKIN, Clara. **Apenas em conjunto com as mulheres proletárias o socialismo será vitorioso**. Discurso ao Congresso do Partido Social-Democrata da Alemanha. Gotha, 16 de outubro de 1896. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/zetkin/1896/10/16.htm>>. Acesso em: 19/05/2022.

ZETKIN, Clara. German Socialist Women's Movement. **Justice**. 9 de outubro de 1909, p. 7. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/zetkin/1909/10/09.htm>>. Acesso em: 24/06/2022.

ZETKIN, Clara. Rosa Luxemburg. **The Communist International**. Moscou, n. 5, 01 de setembro de 1919, p. 5. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/zetkin/1919/09/rosa.htm>>. Acesso em: 19/05/2022.

### Bibliografia:

BADIA, Gilbert. Clara Zetkin: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2003, 328 p.

CÂMARA, Julia. Em nome da igualdade, da liberdade e do amor. In \_\_\_\_\_. KOLLONTAI, Alexandra. **Kollontai 150**. São Paulo: Associação Internacional de Editoras de Esquerda, 2022, p. 17-44.

COBBLE, Dorothy S. Introduction. In \_\_\_\_\_. **The other women's movement: workplace justice and social rights in modern America**. Princeton: Princeton University Press, 2004, p. 1-11.

DU BOIS, Ellen C. Woman Suffrage and the Left: A international socialist-feminist perspective. In \_\_\_\_\_. **Woman Suffrage and Women's Rights**. Nova Iorque: New York University Press, 1998, p. 252-282.

- ENGELS, Friederich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Boitempo, 2019, 196 p.
- ENGELS, Friederich. MARX, Karl. **A ideologia alemã**. Boitempo, 2007, 616 p.
- ENGELS, Friederich. MARX, Karl. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Boitempo, 2008, 384 p.
- ENGELS, Friederich. MARX, Karl. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, 67 p.
- FRACCARO, Glaucia C. Candian. **Os direitos das mulheres: feminismo e trabalho no Brasil (1917-1937)**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2018, 223 p.
- GHIZINI, Vinícius. **Proletários na paz: a parte XIII do Tratado de Versalhes e as leis do trabalho no Brasil (1919-1926)**. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.
- GOLDMAN, Wendy. **Mulher, Estado e Revolução: Política da família soviética e da vida social entre 1917 e 1936**. São Paulo: Boitempo, 2014, 489 p.
- GONZÁLEZ, Ana Isabel. **As Origens e a Comemoração do Dia Internacional das Mulheres**. São Paulo: Expressão Popular, 2010, 205 p.
- HAFFNER, Sebastian. **A Revolução Alemã (1918-1919)**. São Paulo: Expressão Popular, 2018, 334 p.
- HEMMINGS, Clare. Contando histórias feministas. **Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 215-241, 2009.
- KÄPPELI, Anne-Marie. In \_\_\_\_\_. DUBY, George; PERROT, Michelle (org.). **Historia de las mujeres en Occidente: el siglo XIX**. Colección Historia de las mujeres en Occidente, vol. 5. Madrid: Taurus, 1991, p. 741-798.
- KOLLONTAI, Alexandra. Autobiografia de uma mulher comunista sexualmente emancipada. São Paulo: Ed. Sudermann, 2007, 86 p.
- LAUGHLIN, Kathleen A.; GALLAGHER, Julie; COBBLE, Dorothy S.; BORIS, Eileen; NADASEN, Premilla; GILMORE, Stephanie e ZARNOW, Leandra. Is It Time to Jump Ship? Historians Rethink the Waves Metaphor. **Feminist Formations**, v. 22, n. 1, p. 76-135, 2010.
- LIMA, Henrique Espada. História global do trabalho: um olhar desde o Brasil. **Mundos do Trabalho**. Florianópolis, v. 10, n. 19, p. 59-70, 2018.
- LOBO, Beth. **A classe operária tem dois sexos**. São Paulo: Expressão Popular, 2021, 304 p.
- MARINO, Katherine. **Feminism for the Americas: the making of an international human rights movement**. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2019, 362 p.
- MELLO, Soraia C.; OLIVEIRA, Veridiana B. F.; PEDRO, Joana Maria. O feminismo marxista e o trabalho doméstico: discutindo com Heleieth Saffioti e Zuleika Alambert. **História Unisinos**. São Leopoldo, v. 9, n. 2, p. 132-138, 2005.
- OUVIÑA, Hernán. **Rosa Luxemburgo e a reinvenção da política: uma leitura latino-americana**. São Paulo: Boitempo, 2021, 181 p.
- PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 26, n. 52, p. 249-272, 2007.
- RUPP, Leila. **Worlds of Women: The Making of an International Women's Movement**. Princeton: Princeton University Press, 1977, 326 p.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil à análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.
- THÉBAUD, Françoise. La Primera Guerra Mundial: ¿la era de la mujer o el triunfo de la diferencia sexual? In \_\_\_\_\_. DUBY, George; PERROT, Michelle (org.). **Historia de las mujeres en Occidente: el siglo XX**. Colección Historia de las mujeres en Occidente, vol. 5. Madrid: Taurus, 1993, p. 45-105.

WEINSTEIN, Barbara. Globalizando a história do trabalho: o caso da revista *International Labor and Working-Class History*. **Mundos do Trabalho**. Florianópolis, v. 9, n. 18, p. 11-23, 2018.

ZIMMERMANN, Susan. A Struggle over Gender, Class and the Vote: Unequal International Interactions and the Formation of the 'Female International' of Socialist Women (1905–1907). In \_\_\_\_\_. JANZ, Oliver; SCHÖNPFLUG, Daniel (org.). **Gender History in a Transnational Perspective: Networks, Biographies, Gender Orders**. Londres: Berghahn Books, 2014, p. 101-126.

ZIMMERMANN, Susan. Night work for night women and bonded labour for women of colour? In \_\_\_\_\_. Kimble, S; ROWEKAMP, M. (org.). **New perspectives on European Women's Legal History**. New York: Routledge, 2014.